

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Programa de Pós Graduação em Saúde Pública
Subárea: Violência e Saúde

Cláudia de Magalhães Bezerra

**ESTRESSE OCUPACIONAL AUTOATRIBUÍDO
EM MULHERES POLICIAIS MILITARES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro
2012

Cláudia de Magalhães Bezerra

**ESTRESSE OCUPACIONAL AUTOATRIBUÍDO
EM MULHERES POLICIAIS MILITARES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Saúde Pública, Subárea: Violência e Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientadoras: Maria Cecília de Souza Minayo e Patrícia Constantino

Rio de Janeiro
2012

Cláudia de Magalhães Bezerra

**ESTRESSE OCUPACIONAL AUTOATRIBUÍDO
EM MULHERES POLICIAIS MILITARES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Saúde Pública, Subárea: Violência e Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Maria Cecília de Souza Minayo (Orientadora)
CLAVES/ENSP/FIOCRUZ

Patrícia Constantino (Orientadora)
CLAVES/ENSP/FIOCRUZ

Edinilsa Ramos de Souza
CLAVES/ENSP/FIOCRUZ

Regina Helena Simões Barbosa
IESC/UFRJ

Rio de Janeiro, 06 de março de 2012

À minha mãe Lucia Esther de Magalhães Bezerra,
sempre disposta a me ajudar
e a doar seu amor imenso.

AGRADECIMENTOS

A todas e todos que contribuíram para a realização deste trabalho, fica expressa aqui a minha gratidão, especialmente:

Às minhas orientadoras Maria Cecília de Souza Minayo e Patrícia Constantino, pesquisadoras competentes que me transmitiram o rigor da pesquisa com respeito e paciência.

À professora e amiga Luciane Quintanilha Falcão que me incentivou a realizar esse projeto, me auxiliou nos grupos focais e comemora comigo cada resultado positivo.

Às professoras Edinilsa Ramos de Souza, que me acolheu desde o início, Regina Helena Simões Barbosa e Sonia Dantas Berger, pelo apoio e confiança.

À pesquisadora Eliane Luz, que compartilhou um tema tão interessante e ainda me auxiliou no trabalho de campo. À bibliotecária Janaína Santos e aos/as colegas de mestrado Katerine da Cruz Leal Sonoda, Salvador Pereira Corrêa Júnior, Paloma Rodrigues Carvalho, Naira Milene Silva e Angélica de Faria Silva, pela rica troca de experiências.

À instituição CLAVES/ENSP/FIOCRUZ e à Polícia Militar do Rio de Janeiro pela possibilidade de realização desse projeto. Às mulheres policiais militares que participaram dessa pesquisa com confiança e cooperação.

Ao meu filho Leonardo Bezerra Esteves que sabe demonstrar seu amor por mim, está sempre disposto a me compreender e ajudar. Ao amor de minha irmã Paola de Magalhães Bezerra que muito me incentiva. À Evelina Vasquez Sobral e Carlos Alberto da Silva Esteves, pessoas da família, sempre presentes.

A Marcelo Alves Freire, companheiro e amigo, policial militar que me ajudou no campo de pesquisa com sua experiência, disposição e admiração. Ao amigo Durval Menezes Júnior, que apesar de “Restrito” é uma pessoa muito querida. Às amigas Cecília Teixeira Soares, Rita Andréa, Claudia Abdala e ao amigo João Delfim, pessoas importantes na minha trajetória profissional.

RESUMO

O objeto dessa dissertação é compreender e interpretar o estresse ocupacional de mulheres policiais militares do Rio de Janeiro, como um problema de saúde que traz consequências para sua vida laboral e familiar. Buscam-se suas percepções sobre as diferenças de gênero no exercício do trabalho policial, a relação entre estresse ocupacional e problemas de saúde e as estratégias utilizadas para amenizar esse tipo de estresse. Na pesquisa de campo optou-se pelo método qualitativo, utilizando-se para a coleta de dados a técnica de grupos focais. Participaram dos 8 grupos, 42 mulheres oficiais e praças, profissionais operacionais e de saúde. As policiais relacionam seu cotidiano de trabalho ao estresse, citam diversos sintomas e declaram que seu relacionamento familiar é afetado. Seu estresse tem origem basicamente na questão gerencial e organizacional, uma vez que a maioria das mulheres está em funções internas. A discriminação de gênero, o assédio sexual e moral na instituição, são percebidos como fatores estressantes. O sofrimento relacionado ao estresse ocupacional aparece mais fortemente entre as oficiais com cargos de chefia. As atividades operacionais são percebidas como mais estressantes, pois oferecem maiores riscos, gerando medo e tensão. O exercício físico foi o mais citado como eficaz estratégia para prevenir as consequências do estresse. Existe a necessidade de mudanças organizacionais e gerenciais sob a perspectiva de gênero e de investimento em ações preventivas que possam diminuir as consequências do estresse dentro da força policial do Rio de Janeiro.

Palavras chave: Mulheres Policiais; Estresse Ocupacional; Gênero e Trabalho Feminino.

ABSTRACT

The goal of this dissertation is to understand and interpret the occupational stress of female police officers in Rio de Janeiro, as a health problem that has consequences for their work and family life. We seek their perceptions about gender differences in the performance of police work, the relationship between occupational stress and health problems and the strategies used to mitigate this type of stress. We choose the qualitative method for our field research, using the technique of focus groups for data collection. Distributed in eight groups, we had a total of 42 participants between female officers and non-officers, and operational and health professionals. The participants relate the stress to their daily work, cite a number of symptoms and indicate that family relationships are affected. Their stress originates primarily in management and organizational issues, since most females are employed in internal positions. Gender discrimination, sexual and moral harassment are perceived as stressors. Suffering related to occupational stress appears more strongly among the officers in commanding roles. Operational activities are perceived as more stressful because they offer greater risks and therefore generate fear and tension. Physical exercise was cited as the most effective strategy to prevent the consequences of stress. There is a need for organizational and managerial changes from the perspective of gender and investment in preventive measures that can reduce the consequences of stress within the police force of Rio de Janeiro.

Key words: Policewomen; Occupational Stress; Gender and Women's Work.

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 01	Referências bibliográficas sobre “ESTRESSE OCUPACIONAL” e “POLICIAIS” pesquisadas na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) em dezembro de 2011.....	15 a17
QUADRO 02	Distribuição dos grupos focais realizados nesta pesquisa em 2011.....	38
QUADRO 03	Perfil das participantes dos grupos focais realizados nesta pesquisa em 2011.....	44
QUADRO 04	Sintomas percebidos pelas mulheres policiais militares do RJ, participantes dos grupos focais desta pesquisa em 2011 e sintomas de estresse citados pela literatura.....	83

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 01	Distribuição percentual das mulheres policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, segundo grau hierárquico no ano de 2011.....	34
TABELA 02:	Graduação de mulheres oficiais e praças da PMERJ, participantes dos grupos focais desta pesquisa em 2011.....	45
TABELA 03:	Tipo de atividade exercida na Polícia Militar pelas participantes dos grupos focais desta pesquisa em 2011.....	46

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. JUSTIFICATIVA.....	11
3. OBJETIVOS.....	13
4. REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
4.1 Condições de trabalho e saúde do/da policial militar.....	20
<i>Hierarquia e disciplina.....</i>	20
<i>Condições de trabalho.....</i>	21
<i>Condições de saúde.....</i>	23
4.2 Estresse ocupacional.....	25
4.3 Gênero e Trabalho Feminino.....	28
4.4 Sobre a mulher policial.....	31
<i>Perfil da Policial Militar do Rio de Janeiro.....</i>	33
5. METODOLOGIA.....	35
5.1 Procedimento para a Coleta de Dados.....	35
5.2 Realização do trabalho de campo.....	36
5.3 Aspectos éticos.....	40
5.4 Organização e análise dos dados.....	40
6. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	42
6.1. Perfil das mulheres policiais que participaram dos grupos focais.....	43
6.2. A visão das Policiais Oficiais sobre o estresse laboral.....	46
6.3. A visão das Policiais Praças sobre o estresse laboral.....	62
6.4. Diferenciações: oficiais <i>versus</i> praças e atividades operacionais <i>versus</i> atuação nas instituições de saúde da polícia.....	79
7. CONCLUSÕES.....	87
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICE	
A – Roteiro para realização de grupo focal com mulheres policiais militares.....	95
B – Termo de consentimento livre e esclarecido para participação em pesquisa.....	96/97
ANEXO	
Autorização do Comando da Polícia Militar para realização da pesquisa.....	98

1. INTRODUÇÃO

O objeto deste estudo é o estresse ocupacional de mulheres policiais militares do Rio de Janeiro. Busca-se compreender e interpretar como esse problema de saúde traz consequências para sua vida laboral e familiar.

A partir de uma ampla revisão de pesquisas já realizadas sobre a mulher policial, sobre temas como saúde do ou da policial militar, sobre estresse ocupacional, gênero e trabalho feminino, buscou-se conhecer a percepção das policiais sobre o problema em pauta, segundo distintos cargos (oficial e não oficial/praca), funções (operacional e técnico-profissional/saúde) e local onde se situa a unidade (área muito violenta e área pouco violenta) em que trabalham. O foco da investigação foram suas opiniões sobre as diferenças de gênero no exercício do trabalho policial, a relação entre estresse ocupacional e problemas de saúde e as estratégias utilizadas para amenizar esse tipo de estresse.

Segundo documento da Organização Mundial de Saúde (WHO,1995), mais da metade dos trabalhadores de países industrializados julgam seu trabalho “mentalmente pesado”. O estresse psicológico, causado pela pressão e agitação vinculadas as atividades laborativas, tornou-se mais prevalente no mundo ocidental a partir da metade da década de 1970 quando ocorreram mudanças fundamentais no mundo do trabalho, comumente conhecidas como reestruturação produtiva. Alguns fatores têm efeitos psicológicos adversos como trabalho monótono que exige concentração constante, trabalho em turnos, trabalho isolado, trabalho sob a ameaça de violência. Por esses motivos, os fatores associados ao estresse e suas consequências têm sido estudados em várias pesquisas internacionais e brasileiras que buscam identificar os prejuízos em relação à saúde da população em geral e de determinados grupos específicos. Todos esses aspectos podem ser vistos em determinadas atividades policiais e nas realizadas dentro do sistema prisional. Por sua vez, estresse psicológico e sobrecarga têm sido associados a distúrbios do sono, síndromes de burnout e depressão. Há também evidências epidemiológicas de elevado risco de doenças cardiovasculares, particularmente doenças coronarianas e hipertensão em profissionais da segurança pública.

Para Minayo, Souza e Constantino (2008) “existe estreita relação entre as atividades exercidas pelos policiais, seu nível de bem estar e problemas sanitários que apresentam no campo físico e mental” (p.21)

Nos últimos anos, os governos e alguns grupos da sociedade vêm discutindo a construção de um novo paradigma em Segurança Pública, mais moderno e adequado às mudanças e demandas da sociedade. Sobretudo, cada vez mais se dá ênfase à articulação de ações policiais reativas com investimentos em programas sociais, em inteligência, em tecnologia, e em valorização da formação dos profissionais. Nas várias propostas, o foco é o fortalecimento institucional do Estado para atuar preventivamente, fortalecer os laços comunitários e investir em políticas públicas sociais. Numa nova visão de segurança, a polícia tem papel importante, mas não substitui o papel do Estado e da Sociedade Civil em estabelecer os parâmetros para diminuir as desigualdades sociais, investir na educação e propiciar os equipamentos e serviços básicos à população.

Valores como a força e a referência masculina que tradicionalmente regeram o exercício da profissão, passaram a ser questionados a partir do movimento de democratização em que ocorreram mudanças de ordem social, econômica e cultural nas instituições brasileiras. Parte da sociedade almeja uma polícia menos violenta e mais direcionada estrategicamente à coibição do crime e ao uso da inteligência. Essa nova condição permitiu que a instituição Polícia Militar (PM) identificasse nas mulheres potencialidades ainda não reconhecidas, como a melhor atuação em situações de conflito ou violentas, melhor atendimento em circunstâncias diferenciadas e a valorização da atuação preventiva (Calazans, 2003). As orientações para propostas de prevenção e de cuidado vislumbraram nelas qualidades necessárias para sua implementação, uma vez que, culturalmente, desenvolveram uma visão mais humanizada do trabalho e das relações sociais. Embora, ideologicamente essas qualidades costumem ser exploradas como “inatas” ou parte da “natureza” feminina, na verdade é o processo de socialização que as torna mais engajadas em questões sociais.

No entanto, e apesar de seu potencial, segundo Soares e Musumeci (2005), na polícia do Rio de Janeiro a maioria das mulheres executa funções internas nos quartéis ou está cedida a outros órgãos públicos desenvolvendo atividades de natureza burocrática e administrativa. Não se valorizam e nem se direcionam políticas para sua atuação enquanto profissional de segurança pública em sentido estrito e essa falta de diretrizes afeta seu cotidiano, pois elas se ressentem de serem subaproveitadas.

Mais recentemente Conceição (2010), em pesquisa sobre morbimortalidade de mulheres policiais militares, analisou a participação do efetivo feminino da cidade do Rio de Janeiro e confirmou que a grande maioria fica concentrada em áreas de saúde e atividade-meio.

Os pressupostos que orientam este estudo são os seguintes:

- As mulheres policiais militares relacionam seu cotidiano de trabalho ao estresse;
- A discriminação de gênero dentro da instituição pode ser percebida como fator estressante;
- Mulheres policiais que atuam em unidades operacionais, áreas de risco ou não, se percebem em situações mais estressantes que as que exercem funções nos quadros de saúde (técnico-profissionais);
- Policiais não oficiais-Praças (subtenente, sargento, cabo e soldado) são mais suscetíveis ao estresse que as oficiais (coronel, tenente-coronel, major, capitã, primeiro-tenente e segundo-tenente).

2. JUSTIFICATIVA

Meu interesse pelo tema em pauta vem da experiência como psicóloga, com inserção em diferentes campos da segurança pública. Trabalhei com a formação em cidadania e direitos humanos para profissionais de segurança pública no Estado do Amapá. Participei da avaliação da formação de guardas Municipais de Niterói, realizada pela Universidade Federal Fluminense. Participei como aluna do curso de especialização em justiça criminal e segurança pública, na mesma Universidade, o qual é principalmente destinado a policiais civis e militares, sendo 10% das vagas reservadas para representantes da sociedade civil (o que foi meu caso). Participei da construção da Matriz Curricular Nacional para formação de profissionais de segurança pública, promovida pelo Ministério da Justiça.

Em algumas dessas oportunidades, pude perceber mais de perto a realidade de trabalho dos e das policiais. Também atuei no atendimento psicológico a mulheres em situação de violência na comunidade da Maré (RJ), um tema diferente, porém também ligado à segurança e à vida das pessoas.

No sentido de aprofundar minha reflexão, integrei-me à linha de pesquisa em desenvolvimento no Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde da Fiocruz (CLAVES), que visa a compreender de forma estratégica as condições de trabalho, saúde física e mental e a qualidade de vida dos policiais civis e militares. Minha dissertação se apresenta como um desdobramento de tais investigações.

Os estudos do CLAVES indicam o estresse como um dos principais problemas de saúde encontrados. Por causa disso, e na mesma linha, atualmente, vem crescendo o interesse de pesquisadores sobre o tema em diversos estudos internacionais (Juniper *et al*, 2010; Arial *et al*, 2010; Gershon, 2002) e nacionais (Minayo, Souza e Constantino, 2008; Lipp, 2009; Luz, 2011) que indicam a necessidade de se compreender mais profundamente o estresse entre policiais e como cuidar desse problema.

O estresse ocupacional de mulheres policiais militares é objeto de estudo recente (LUZ, 2011) por meio de uma abordagem quantitativa. A autora aponta que uma abordagem qualitativa possibilitaria aprofundar questões levantadas por ela. É o que se propõe nessa dissertação, pois segundo Minayo (2010) a pesquisa qualitativa percebe universos particulares e se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado.

Trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2010a, p. 21-22).

Dejours (1992), na introdução de seu livro “Loucura do Trabalho” também afirma que à observação objetiva escapam a própria vida mental, a emoção, a angústia, a raiva, o sonho, os fantasmas, o amor e todos os sentimentos experimentados, fazendo coro ao que a proposta de Minayo (2010) se refere.

É escasso o conhecimento sobre a saúde dos policiais e, sobretudo, da mulher policial, no contexto brasileiro. Os estudos clássicos geralmente deram ênfase à instituição ou produção dos órgãos de segurança pública frente à criminalidade e, apenas ultimamente, os estudos se voltaram para a pessoa, para o agente de segurança pública. No entanto, enquanto aumenta a bibliografia sobre as condições de trabalho e saúde dos policiais, os estudos com perspectiva de gênero e a correlação com as condições de saúde continuam escassos.

A relevância social do objeto se evidencia quando se sabe que profissionais de segurança correspondem a um dos segmentos mais vulneráveis aos acidentes e à morte no exercício de sua profissão (SOUZA e MINAYO, 2005). As condições de trabalho afetam diretamente a saúde das pessoas. As citadas autoras mencionam que os policiais em especial estão entre os profissionais que mais sofrem de estresse, pois, vivem constantemente expostos ao perigo e à agressão, uma vez que intervêm, quase sempre, em situações problemáticas com muito conflito e tensão.

Segundo Lipp (2009) estudos com policiais americanos vêm evidenciando elementos que compõem o processo estressor e descrevem uma relação fortemente positiva entre estresse e despersonalização e entre estresse e cinismo. Estudos também indicam que problemas organizacionais de gestão, de relações conflituosas com superiores hierárquicos e ambientes de trabalho adverso são apontados como principais fatores de estresse.

O estresse ocupacional se reflete também na saúde dos policiais. Lipp (2009) questiona o motivo de haver tão poucos estudos sobre estresse vivenciados por policiais no Brasil e sugere, como uma das causas, a dificuldade em se conhecer o ambiente interno das Corporações, tendo em vista a cultura de fechamento e de isolamento dessas instituições.

Nesse sentido, o estudo do estresse ocupacional em mulheres policiais é um tema atual, que merece ser investigado. Ele inova e oportuniza maior visibilidade desse grupo social que tem inserção recente e quantitativamente pouco expressiva em comparação com o efetivo de homens na polícia militar do Rio de Janeiro.

3. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Investigar como as mulheres policiais compreendem e interpretam o estresse ocupacional e suas consequências em sua vida laboral e familiar.

Objetivos Específicos

- Investigar a percepção das mulheres policiais sobre as diferenças de gênero no exercício do trabalho policial;
- Conhecer a percepção das mulheres policiais sobre seu estresse ocupacional, a partir de distintos cargos (praças e oficiais), setor de lotação (operacional e quadro de saúde) e localização geográfica da unidade onde trabalha (área muito violenta e área pouco violenta);
- Compreender se elas estabelecem relação entre estresse ocupacional e problemas de saúde
- Identificar as estratégias de prevenção utilizadas.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

Os referenciais teóricos deste trabalho se fundamentam nos seguintes temas: condições de trabalho e saúde da policial militar, estresse ocupacional, gênero e trabalho feminino e mulher policial militar. Poucos são os estudos sobre a mulher policial ou sobre suas condições de trabalho. Apesar de nacionalmente representarem apenas 7,5% do efetivo, é importante ressaltar que esse grupo trabalha em condições adversas, por preconceitos de gênero, ainda fortemente presentes na instituição policial e na sociedade em geral.

Com o objetivo de conhecer os estudos realizados atualmente sobre o objeto de pesquisa efetuou-se, em dezembro de 2011, uma pesquisa bibliográfica através do site da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), usando-se as seguintes palavras-chave: “estresse ocupacional” e “policiais”. O estudo poderia pertencer a qualquer fonte e poderia ter sido publicado em qualquer data. Foram encontrados 94 trabalhos ao todo. Restringindo, na própria BVS, ao “Assunto Principal”: POLÍCIA, tornaram-se 68. Entre eles, 14 estão diretamente ligados ao tema dessa pesquisa e cinco abordam a questão específica da mulher policial e farão parte da discussão desse trabalho (QUADRO 01).

Percebe-se maior interesse sobre o tema através do aumento da produção a partir de 2004. Os trabalhos incluem temas como estresse ocupacional, desordens psicológicas, sofrimento psíquico e saúde mental. Há estudos com profissionais de segurança em diversos países como o

Brasil, EUA, México, Suíça, Iraque, Espanha, Chile e África do Sul. Entre os profissionais estudados, destacam-se os policiais militares, civis, investigadores criminais, agentes de trânsito, oficiais superiores, policiais operacionais e policiais idosos. O quadro a seguir mostra características importantes de trabalhos relacionados com o tema abordado nessa pesquisa, dispostos em ordem cronológica decrescente.

QUADRO 01: Referências bibliográficas sobre “ESTRESSE OCUPACIONAL” e “POLICIAIS” pesquisadas na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) em dezembro de 2011.

REFERÊNCIA	OBJETIVO	MÉTODO	RESULTADOS
1. JUNIPER <i>et al</i>, 2010	Obter dimensões de bem-estar no trabalho de agentes, dentro de uma força policial em Londres.	Pesquisa quantitativa	Nove dimensões do trabalho policial podem afetar adversamente o bem-estar (promoções, tipo de instalações, interface trabalho/casa, emprego, saúde física, saúde psicológica, relações organizacionais e carga de trabalho). Os oficiais mostraram menor sensação de bem-estar em comparação com seus colegas. As nove dimensões encontradas, além das medidas convencionais de estresse, podem oferecer uma forma prática e alternativa de avaliação do estado de bem-estar geral.
2. ARIAL <i>et al</i>.,2010	Identificar fatores de estresse relacionados com o trabalho, associados a sintomas psiquiátricos em uma amostra de policiais suíços.	Pesquisa quantitativa	Entre os policiais, 11,9% tiveram pontuação alta para os sintomas psiquiátricos. Foram identificadas seis variáveis independentes: falta de apoio dos superiores e organização, auto percepção de má qualidade no trabalho, horário de trabalho inadequado, alta demanda mental/intelectual, idade (em décadas) e pontuação para reclamações sobre o ambiente físico .A maioria dos estressores de trabalho considerados estão associados a sintomas psiquiátricos.
3. OLIVEIRA E BADARGI, 2009	Estudo comparativo dos níveis de estresse e comprometimento na carreira de policiais militares de Santa Maria (RS), Brasil.	Pesquisa quantitativa	57,3%dos participantes apresentaram sintomatologia de estresse, as MULHERES apresentaram maior severidade nos sintomas. Os funcionários administrativos apresentaram maior comprometimento com a carreira do que os demais grupos (atendimento 190 e policiamento ostensivo).
4. ARANDA <i>et al</i>, 2009	Estudo descritivo transversal sobre apoio social, síndrome de burnout e exaustão ocupacional entre os agentes da	Pesquisa quantitativa	A prevalência da Síndrome de Burnout foi encontrada em 54,9% dos participantes do estudo. As redes de apoio social, consideradas como baixa ou pobre, mostraram-se associados à Síndrome de Burnout. Apesar da forte rede de apoio social relatados pelos participantes, parece que os efeitos sociais não eram fortes o suficiente para combater a Síndrome de Burnout.

	polícia mexicana do tráfego.		
5. HAAS et al, 2009	Investigar se o assédio sexual está relacionado à saúde física e mental de homens e mulheres policiais holandeses.	Pesquisa quantitativa	As MULHERES são mais frequentemente incomodadas com o assédio sexual do que os homens, mas o gênero não modera a relação entre assédio sexual e saúde física e mental. As vítimas que se sentiram incomodadas com os comportamentos de assédio relataram mais problemas de saúde mental e física do que as que não se sentiam incomodadas.
6. MINAYO et al, 2008	Investigar as condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do estado do Rio de Janeiro,	Pesquisa quantitativa e qualitativa	Procura oferecer um entendimento desde a natureza da função da Polícia Militar na sociedade através da análise de sua história sob o aspecto de seus antecedentes, sua instituição e institucionalização, seus integrantes e suas funções legais, no passado e no presente. Avalia também as consequências das condições de trabalho impostas ao policial militar com o objetivo direto de produzir informações que ultrapassem preconceitos alimentados, durante décadas, com ressentimentos entre policiais e cientistas da área de humanidades, permitindo, justamente, a pluralidade e a relativização das verdades defendidas por cada um, a partir de suas subjetividades.
7. COLETA, A.S.M.D.; COLETA, M.F.D., 2008	Identificar fatores de estresse ocupacional e de verificar as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos policiais civis no interior de Minas Gerais	Pesquisa qualitativa utilizou análise de conteúdo.	As rotinas ocupacionais são consideradas mais estressantes do que a exposição ao perigo e a incidentes críticos. A maior porcentagem de resposta foi observada nas categorias que descrevem condições do exercício da função como: excesso de trabalho, falta de infraestrutura, risco de vida, burocracia, lidar com o preso, o ambiente de trabalho conflituoso, excesso de responsabilidades, inadequação de função e excesso de controle interno.
8. SOUZA, E.R. et al, 2007	Investigar a existência de sofrimento psíquico entre policiais civis, segundo diferenças de gênero na cidade do Rio de Janeiro, Brasil.	Métodos quantitativo e qualitativo	Os resultados não indicam diferença de sofrimento psíquico entre os gêneros, mas apontam para a existência de diferenças significativas em alguns itens da escala. As MULHERES policiais, sobretudo as técnicas, apresentam maiores proporções em relação aos homens.
9. COSTA et al, 2007	Diagnosticar a ocorrência e a fase de estresse em policiais militares da Cidade de Natal, Brasil, além de determinar a prevalência de	Estudo descritivo, com corte transversal.	A proporção de policiais sem sintomas de estresse foi de 52,6%, enquanto que 47,4% apresentaram sintomatologia. Sintomas psicológicos foram registrados em 76,0% dos policiais com estresse, e sintomas físicos, em 24,0%. Das variáveis investigadas, a única que apresentou relação com estresse foi o sexo ($P = 0,0337$), sendo as MULHERES as mais afetadas.

	sintomatologia física e mental.		
10. MCNALLY, 2006	Explorar o impacto psicológico do estresse em uma amostra de policiais do Iraque	Pesquisa quantitativa	(44%) dos participantes obtiveram pontuações indicando que tinham preenchido os critérios para o diagnóstico de estresse pós-traumático
11. GERSHON, 2002.	analisar os agravos cumulativos à saúde dos policiais americanos acima de 50 anos	Pesquisa quantitativa	Foram percebidos agravos como o alcoolismo, jogatina descontrolada, comportamento agressivo, maior exposição a acidentes, ansiedade, insônia, hipervigilância, sintomas de estresse pós-traumático, episódios de explosão emocional e dores crônicas.
12. PARKER e GRIFFIN, 2002	Investigar as conseqüências de assédio sexual sobre policiais ingleses	Pesquisa qualitativa	Efeitos negativos (sofrimento psíquico) nas MULHERES , sobretudo porque trabalham em profissões tradicionalmente masculinas.
13. DUDEK et al, 2001.	Avaliar a importância do senso de controle pessoal no local de trabalho como fator importante na determinação do estresse ocupacional e efeitos relacionados.	Pesquisa quantitativa	A análise estatística revelou coeficientes de correlação significativa entre o senso de controle pessoal e estresse, satisfação no trabalho, exaustão emocional, despersonalização e sentimento de realização pessoal. Portanto, a fim de diminuir o nível de estresse no trabalho é necessário introduzir mudanças organizacionais adequadas aumentando a sensação de controle pessoal entre os trabalhadores.
14. BROWN et al, 1996	Aplicar o inventário de estresse ocupacional em altos oficiais da polícia do Reino Unido.	Pesquisa quantitativa	Observou-se que entre aqueles que servem na Inglaterra e País de Gales apresentou-se a maior tensão de trabalho relacionada com a estrutura, o tipo de relacionamentos entre colegas de trabalho e o seu papel gerencial.

Realizou-se ainda uma pesquisa bibliográfica na base LILACS, em janeiro de 2012 ampliando o tema para “SAÚDE POLICIAL”, sem restringir ao estresse. As discussões e estudos acerca da saúde do policial representam tema recente e vêm despertando o interesse dos pesquisadores/as a partir do ano 2000. Dos 51 trabalhos encontrados 15 referiam-se especificamente ao assunto abordado nessa dissertação.

Estudos realizados pelo Centro Latino-americano de Estudos de Violência e Saúde da Fiocruz (CLAVES), no Rio de Janeiro, mantém uma linha de pesquisa sobre a saúde de profissionais de segurança. Entre eles: Minayo, Souza e Constantino (2008), Souza *et al.* (2007), Constantino (2006), Souza e Minayo (2005), Minayo e Souza (2003) e Aldé (2003). Entre esses trabalhos destacam-se duas obras com criterioso estudo científico e de grande contribuição para pesquisadores, gestores e operadores das políticas de segurança pública: o livro com pesquisa sobre policiais civis: “**Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial**”, e o livro com pesquisa sobre policiais militares: “**Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**”, ambos sobre a questão profissional policial e como esta influencia na vida destes trabalhadores, considerando sua saúde, a partir das condições de trabalho, resistência ao desgaste físico e mental, assim como o risco inerente à profissão.

Anchieta *et al.* (2011) realizaram uma pesquisa qualitativa para avaliar a percepção que os policiais civis recém empossados, do Distrito Federal, têm sobre o seu contexto de trabalho, procurando fazer inferências sobre as estratégias de mediação utilizadas para evitar o sofrimento e os riscos de adoecimento. Fatores como organização, condições de trabalho e relações socioprofissionais, foram avaliados como críticos pela maioria dos participantes, o que sinaliza uma possibilidade de adoecimento.

Silva e Vieira (2008) realizaram pesquisa qualitativa do tipo exploratório-descritivo para identificar como a polícia militar se estrutura e relacioná-la com a saúde mental de seus agentes da cidade de João Pessoa, na Paraíba. Segundo os resultados, a forma de organização do trabalho aliada à precarização do trabalho causa implicações danosas à saúde mental dos profissionais podendo se desdobrar em alcoolismo, depressão e até mesmo suicídio.

Em sua pesquisa qualitativa, Spode e Merlo (2006), tiveram como objetivo compreender a relação entre o trabalho dos Capitães da Polícia do Rio Grande do Sul e sua saúde mental, a partir dos aspectos que, nesse ofício, geram prazer e sofrimento. Os resultados apontam que apesar da excessiva carga de trabalho administrativo e dos perigos inerentes à profissão, o prazer no trabalho está relacionado ao exercício de atividades de gestão, as quais proporcionam espaços de criação no trabalho.

Monteiro *et al.* (1998), realizaram estudo para identificar a condição de sedentarismo dos integrantes da Polícia Militar do Paraná. Segundo eles as causas do sedentarismo são a

falta de consciência da atividade física na promoção da saúde e a falta de um planejamento mais eficiente por parte da instituição pesquisada. Entre as consequências estão os efeitos negativos tanto para o policial, quanto para a instituição e a comunidade.

Bourguignon *et al* (1998) avaliam as condições de risco à vida e à saúde de policiais civis do Espírito Santo. Entre os resultados são descritas as condições penosas de trabalho decorrentes de falta de equipamentos (ou equipamentos sem manutenção) para o desempenho da função; as condições precárias, insalubres e perigosas dos locais de trabalho; o acúmulo de trabalho devido ao número insuficiente de funcionários; o desvio de função; a falta de treinamentos; o prolongamento da jornada de trabalho e ritmo intenso; os riscos de acidente e morte do policial; a má-remuneração; a grande responsabilidade social e pressão da população usuária. Entre os indicadores do desgaste decorrente destas condições de trabalho, destacaram-se os distúrbios mentais, os gastrointestinais e os osteoarticulares e o elevado uso habitual de calmantes.

Sobre a mulher policial destaca-se o livro de Soares e Musumeci (2005): “Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro”. As autoras apresentam uma pesquisa pioneira sobre as relações entre a instituição Polícia Militar (PM) e a atuação de mulheres policiais. Elas analisam criticamente, através de entrevistas com policiais homens e mulheres, os principais problemas da segurança pública, como corrupção, truculência e ineficiência, associando cada item às especificidades de gênero.

Outra autora, Calazans (2004), refere-se às mulheres policiais militares, discutindo o processo de inserção feminina no aparelho policial militar do Rio Grande do Sul e abordando sua atuação no policiamento ostensivo. Para ela o aparelho policial funciona como uma máquina de produção da subjetividade, impedindo qualquer forma de singularização, tanto para policiais masculinos como femininos.

Mais recentemente, Conceição (2010) analisa a morbimortalidade de mulheres policiais militares da Cidade do Rio de Janeiro e Luz (2011) faz uma pesquisa quantitativa sobre estresse ocupacional em mulheres policiais militares. Os estudos encontrados no levantamento que focam o trabalho do/da profissional militar, a saúde do/a policial militar e o estresse ocupacional serão discutidos logo a seguir.

4.1 Condições de trabalho e saúde do/a policial militar

Para compreender-se o trabalho do policial é importante entender seus aspectos organizacionais. Minayo, Souza e Constantino (2008) no livro “Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro”, analisam inicialmente o conceito de “processo de trabalho” e a dinâmica interna das relações entre capital e trabalho. Apontam para a dificuldade de se compreender e de se interpretar o setor de serviços, onde estão inseridos os profissionais de segurança pública.

As autoras fazem referência aos estudos de Meirelles (2006, apud MINAYO, SOUZA E CONSTANTINO, 2008) que considera como características básicas e essenciais do setor de serviços: a simultaneidade, a intangibilidade, a interatividade e a inestocabilidade. As autoras explicam essas características alegando que qualquer trabalho classificado como *serviço* é exclusivamente trabalho em processo e que seu produto é o resultado desse processo. Entre outras características é essencialmente uma atividade humana, embora também possa incluir alguma dimensão mecânica; tem como resultado um produto intangível, ou seja, não é possível conhecer antecipadamente seu resultado; sua produção ocorre em simultaneidade com a prestação de serviço e se encerra quando a demanda é atendida; é inestocável, pois não pode ser armazenado já que se extingue logo que é prestado; é uma atividade interativa, pois exige a manutenção do vínculo entre prestadores e usuários.

Em relação aos processos gerenciais as autoras mencionam o método taylorista de administração que, seja no setor industrial ou de serviços, “apresenta dois focos: a intensificação da produtividade e a transferência de controle do processo para as hierarquias gerenciais” (MINAYO, SOUZA E CONSTANTINO, 2008, pág 86).

De comum com o método taylorista de gestão da produção, o trabalho pensante e de planejamento da corporação dos policiais militares fica restrito a um pequeno grupo, esperando da maioria a execução das atividades delegadas, havendo, portanto, divisão radical entre quem planeja e quem executa.(pág 86)

Hierarquia e disciplina

A estrutura militar tem suas bases na hierarquia e na disciplina. Elas fazem parte da cultura da instituição policial militar. Para Minayo, Souza e Constantino (2008) “a hierarquia é

o princípio fundamental da divisão do trabalho dessa Corporação, expressando-se em papéis, tarefas e status que determinam condutas e estruturam relações de comando-subordinação”.

A antiguidade nos postos e as promoções por mérito são os princípios básicos de reprodução da hierarquia. São posições profissionais almejadas e concorridas entre os profissionais e muitas vezes geradoras de ansiedade e frustrações.

Citando Foucault (1996), as mesmas autoras colocam a disciplina como um método minucioso de controle dos corpos, exercitando os indivíduos para a destreza no trabalho e pautando-se na correlação de poderes e interesses. Na Polícia Militar essa disciplina ultrapassa os corpos e atinge as atividades em si. Dessa forma para mantê-la é necessário haver um mecanismo penal que funcione como meio de coerção. O tão citado, respeitado e temido “regulamento”, faz essa função.

Condições de trabalho

Para Minayo, Souza e Constantino (2008) “Trabalho é uma categoria estruturante tanto de condições de saúde como das condições de existência e risco. Refere-se à mediação da atividade humana na construção das tecnologias e da vida social. Enquanto constrói e reconstrói o mundo, o ser humano constrói e reconstrói a si mesmo, “condições de trabalho” é um conceito que se refere à situação que precede e perpassa a atividade dos sujeitos e a limita como uma resultante dos processos sobre os quais os trabalhadores interferem em sua dinâmica de intersubjetivação” (pág.20).

Dejours (1992) entende como “condições de trabalho” o ambiente físico, o ambiente químico, o ambiente biológico, as condições de higiene, de segurança e as características antropométricas do posto de trabalho. Já a “organização do trabalho”, para esse autor, é constituída pela divisão das atividades, o conteúdo da tarefa, o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder e as questões de responsabilidade.

Em sua análise das relações entre trabalho e vida psíquica, o mesmo autor avalia que “o afrontamento do homem com sua tarefa, põe em perigo sua vida mental” e o sofrimento mental resulta da organização do trabalho. “Mesmo as más condições de trabalho são, no conjunto menos temíveis que uma organização do trabalho rígida e imutável” (DEJOURS, 1992, p.52).

Na pesquisa denominada “Condições de trabalho e saúde dos policiais civis do Estado do Rio de Janeiro”, Souza e Minayo (2003), afirmam que os policiais deixaram evidente em seus relatos que o estresse que desenvolvem está associado ao trabalho e as condições com que o desempenham. Também ficou claro que a deficiente assistência à saúde por parte da instituição agrava ainda mais o problema.

No livro *Missão Prevenir e Proteger* (MINAYO, SOUZA e CONSTANTINO, 2008), foram contemplados os policiais militares do Rio de Janeiro: “pensar em saúde de policiais militares nos remete as condições de trabalho, à resistência e ao desgaste físico e mental, assim como ao risco inerente à profissão” (p.181). As autoras identificam que o estresse profissional do policial militar está relacionado com a organização hierárquica, com as condições objetivas e subjetivas insatisfatórias de realização do trabalho, com a falta de reconhecimento social e, também, com a subjetividade de cada policial.

O que fica evidente entre os policiais, tanto civis quanto militares, é que as condições de trabalho nessas instituições são precárias. Além da falta real ou de adequação dos equipamentos necessários, não existe um programa de prevenção contra os riscos inerentes à profissão, colocando-os em sentimento de perigo constante. (MINAYO *et al*, 2008).

Boa parte deles é unânime em admitir que as condições materiais, técnicas e ambientais não permitem o desenvolvimento adequado de sua atividade. Mais do que isso, observamos que, entre eles há um forte grau de insatisfação. (pg.127).

Em relação às condições de trabalho específicas das mulheres policiais brasileiras, Calazans (2004) analisa que sua entrada na polícia se deu na década de 1980, num momento de crise da instituição policial, o que refletia uma crise mais ampla do próprio modo de organização do trabalho nas sociedades contemporâneas. Entravam em questão, valores característicos da organização, como força física e identificação tradicional com a figura masculina. Outros aspectos foram valorizados como inteligência, capacidade de resolução de conflitos, inovação e trabalho em equipe. As mulheres ingressaram nas polícias, no Brasil, no momento de reestruturação produtiva, de ampliação da globalização e de feminização do mundo do trabalho.

Dessa forma observa-se que mesmo na inclusão das mulheres na força policial, é evidente a permanência de modos de exclusão-dominância, posto que suas habilidades colocam-se como inatas, e são encaradas simplesmente como um modo “natural” de ser mulher. (CALAZANS, 2004, p.1450).

Segundo a autora, a busca de estabilidade no trabalho em tempo de precarização alia-se ao momento de novas concepções de segurança pública orientadas para os cuidados, a prevenção de agravos e mais organização burocrática, encontrando nas mulheres, qualidades necessárias para essa implementação. A idéia da inclusão das mulheres nas Corporações vem de encontro a uma perspectiva de diminuição do uso da força e mais investimento em capacidade estratégica tanto na polícia como no mundo do trabalho como um todo.

Pesquisa de Luz (2011) mostra que, embora no Rio de Janeiro, os salários sejam considerados baixos quando comparados às polícias de outros estados, mais de 75% das mulheres afirmam que sua vida melhorou após ingressar na corporação. A autora aponta ainda diferenças significativas entre as unidades, verificando que nas de saúde mais de 90% afirmam que sua vida melhorou, nas administrativas esse percentual foi de 72,1% e nas operacionais, de 64,5%. A maior proporção de mulheres insatisfeitas encontra-se nas unidades operacionais, seguidas pelas administrativas e, por último, nas que atuam em unidades de saúde.

Condições de saúde

Saúde é um conceito muito amplo e envolve questões biológicas, emocionais e sociais. Condições de saúde é uma noção usada para definir os elementos indispensáveis que permitem a uma população ou a um grupo ser saudável, entre eles estão fatores ambientais, sociais, políticos e culturais. (MINAYO, SOUZA e CONSTANTINO, 2008):

Entre esses elementos a categoria trabalho tem um papel fundamental como um dos impulsores de realização pessoal, de criação de identidade, mas também de adoecimento e sofrimento. Frequentemente, mesmo quando amamos o que fazemos, determinados fatores como o grau de risco, a carga física e emocional ou mesmo o ambiente laboral confluem para provocar enfermidades ou problemas emocionais (p. 180).

Na pesquisa denominada “Condições de trabalho e saúde dos policiais civis do Estado do Rio de Janeiro” (MINAYO E SOUZA, 2003), as autoras verificaram que o exercício da atividade policial apresenta um alto grau de risco à vida e à saúde física e emocional desses agentes. Para os policiais militares (MINAYO *et al*, 2008) os problemas mais frequentes são “a elevada massa corporal, o sedentarismo, a alimentação precária e o estresse vivido no trabalho que tendem a propiciar o surgimento de vários problemas de saúde”(p. 211). Os níveis de

estresse entre policiais civis e militares são altos e estão principalmente relacionados a problemas cardiovasculares, pois, geralmente, estão expostos ao perigo e à agressão.

O campo de saúde do trabalhador hoje, para ser coerente com a realidade do mundo do trabalho, não pode se omitir de pensar nas categorias que atuam na segurança pública, um dos segmentos mais vulneráveis aos acidentes e à morte no trabalho (MINAYO E SOUZA, 2005, p. 927).

Na pesquisa sobre a morbimortalidade de mulheres policiais da cidade do Rio de Janeiro, Conceição (2010) afirma que entre as principais causas de óbito estão as neoplasias, as doenças do aparelho circulatório e as doenças infecciosas e parasitárias. Em relação às alterações significativas na saúde desse grupo profissional, os atendimentos estão relacionados a problemas osteomusculares, do aparelho digestivo e os transtornos mentais e comportamentais.

“Cabe destacar que os transtornos mentais e comportamentais aparecem em terceiro lugar na lista de doenças que mais acometeram as policiais da capital no ano de 2007, justificando a expressiva presença de fatores desencadeantes do estresse entre este grupo” (CONCEIÇÃO, 2010, pg.125).

Na mesma linha, a pesquisa de Luz (2011) indica que grande parte das policiais militares do Rio de Janeiro (28,6%) sofre estresse ocupacional. Conceição (2010) pesquisou também os afastamentos para tratamento de saúde dessas profissionais e mostrou que as clínicas responsáveis pelo maior número deles no ano de 2007 foram as de ortopedia, traumatologia e psiquiatria, tanto para as praças quanto para as oficiais. Porém a autora afirma que as licenças concedidas pela clínica de psiquiatria estavam mais fortemente representadas entre as praças.

A autora revela dados importantes sobre a saúde mental das mulheres policiais, quando afirma que na clínica de psiquiatria do Hospital da PMERJ em 2007 houve prevalência para as seguintes categorias: outros transtornos ansiosos, reações ao estresse grave, transtornos de adaptação, transtornos de humor (afetivo) persistentes, episódios depressivos e transtornos de humor (afetivo) não especificados. Em 2008, os problemas de saúde prevalentes na especialidade psiquiátrica foram: reações ao estresse grave, transtornos de adaptação, outros transtornos ansiosos, episódios depressivos e outros transtornos neuróticos, havendo grande coincidência entre os diagnósticos nos dois anos.

4.2 Estresse ocupacional

O conceito de estresse foi desenvolvido a partir de diferentes perspectivas. O termo provém do inglês *stress* e teve sua origem vinculada à área biológica. Cannon e Selye foram os precursores que estudaram as respostas fisiológicas apresentadas por animais quando expostos a situações aversivas ou ameaçadoras (NORONHA e FERNANDES, 2008).

Lipp (2003) considera esse fenômeno como uma “reação psicofisiológica muito complexa que tem em sua gênese a necessidade de o organismo fazer face a algo que ameace sua homeostase interna”. Segundo a autora, o estresse pode ocorrer quando o sujeito se depara com alguma situação que, de algum modo, cause irritação, medo, excitação, ou até mesmo lhe traga uma imensa felicidade.

Para diferenciar as formas como as pessoas passam por situações estressantes, o endocrinologista [Hans Selye](#), em 1975, criou as expressões: *distresse* e *eustresse*. Neste último caso se trata do estresse saudável, positivo, que motiva a pessoa (ou o grupo) a continuar agindo, se qualificando e se aperfeiçoando. No **eustresse** o sujeito (ou seu grupo) explora os sentimentos positivos e os ganhos, no processo de adaptação a situações que o desafiam. Já o **distresse** foi definido por Selye como o que cria persistente ansiedade, tristeza, depressão e envolve o desenvolvimento de sintomas físicos e mentais. Ou seja, o *distresse* tem implicações negativas, e o *eustresse* constitui a forma positiva de estresse. Ambos podem afetar o corpo e são cumulativos por natureza. Segundo o autor, o corpo, por si mesmo não tem condições de discernir entre o *distresse* e o *eustresse*, mas é a combinação das forças físicas e mentais, positivas ou negativas, que faz a diferença nos resultados, sobretudo quando o organismo entra em estado de alerta e precisa se refazer.

Nos últimos anos, estudos sobre estresse foram conduzidos em múltiplos contextos, associando-o a diferentes variáveis. Entre esses estudos, tem-se observado a preocupação com a investigação acerca da relação entre estresse e trabalho, destacando-se o construto estresse ocupacional (SANTOS e CARDOSO, 2010).

Do ponto de vista dos riscos e da segurança, entendemos que se o processo de trabalho constitui um *locus privilegiado da realização humana*, ele também produz (em escala específica referente às condições em que é exercido) *desgaste físico e mental*. (MINAYO, SOUZA E CONSTANTINO, 2008 p. 20 e 21.).

Para Dejours (1992) não se deve considerar o trabalho, a priori, como fonte de sofrimento. Ao contrário, é através dele que o indivíduo se constitui como sujeito, afirmando sua identidade e seu desejo de ser reconhecido socialmente. O trabalho tem, portanto, virtualmente, um poder estruturante em relação ao equilíbrio psíquico dos indivíduos. No entanto, segundo o autor, as relações de trabalho no interior das organizações frequentemente tentam despojar o trabalhador de sua subjetividade excluindo o sujeito e fazendo do homem uma vítima de seu trabalho.

Jex (1998), apud Pascoal e Tamayo (2004), explica que o termo estresse ocupacional pode ser definido de acordo com três aspectos: (1) estressores organizacionais que são estímulos estressantes provenientes do ambiente de trabalho, (2) respostas dos indivíduos a esses estressores e (3) dinâmica entre estímulos estressores-respostas. O estresse ocupacional refere-se ao processo geral em que demandas do trabalho têm impacto sobre a saúde e o bem estar dos trabalhadores.

Segundo os citados autores ultimamente há uma tendência em se considerar o estresse ocupacional como um processo em que atuam estressores-respostas. Esse é um enfoque mais abrangente que enfatiza tanto os fatores de trabalho que excedem a capacidade de enfrentamento do indivíduo (estressores organizacionais) quanto suas respostas fisiológicas, psicológicas e comportamentais aos eventos avaliados como estressantes. Tal abordagem acentua o caráter relacional do conceito que envolve ambiente de trabalho e sujeito e atribui importância às percepções individuais como mediadoras do impacto estressor do ambiente de trabalho sobre as respostas do indivíduo. Elas remetem à personalidade e ao modo como o indivíduo reage, interpreta e sente os acontecimentos cotidianos de forma particular (CONSTANTINO, 2006).

Em suas pesquisas, Lipp (1994) relata as possíveis reações físicas e emocionais frente ao estresse, descrevendo os sintomas que ocorrem com maior frequência: aumento da sudorese, tensão muscular, taquicardia, hipertensão, aperto da mandíbula, ranger de dentes, hiperatividade, náuseas, mãos e pés frios. Em termos psicológicos, vários sintomas podem ocorrer, como ansiedade, tensão, angústia, insônia, alienação, dificuldades interpessoais, dúvidas quanto a si próprio, preocupação excessiva, incapacidade de concentrar-se em outros assuntos que não o relacionado ao sofrimento, dificuldade de relaxar, ira e hipersensibilidade emotiva.

Segundo Constantino (2006), a literatura cita como alguns dos agentes estressores: longas jornadas de trabalho (diurno ou noturno); recursos materiais insuficientes; insatisfação com a atividade; remuneração injusta; inexistência de crescimento profissional na instituição, entre outros. Também Santos e Cardoso (2010), realizaram estudos com profissionais de saúde mental e destacaram como fatores mais frequentemente associados à percepção de estar sob estresse, às condições de trabalho e aos relacionamentos conflituosos no trabalho.

O estudo de Lipp (2009) que examina estressores relacionados ao trabalho e estratégias de enfrentamento entre oficiais da polícia militar de São Paulo revela que oficiais percebem sua profissão como muito estressante e mostra clara associação entre altos níveis de estresse ocupacional e baixa qualidade de vida. O fator de estresse mais frequentemente mencionado foi a interação com outros departamentos dentro da polícia. A autora destaca que as mulheres oficiais mostram-se mais estressadas que os homens.

Estudos de Dela Coleta e Dela Coleta (2008), realizados com policiais civis no interior de Minas Gerais indicam como principais fatores de estresse no trabalho, percebidos pelos próprios policiais: as rotinas ocupacionais que são consideradas mais estressantes do que a exposição ao perigo e a incidentes críticos. Segundo as autoras a maior porcentagem de resposta foi observada nas categorias que descrevem condições do exercício da função como: excesso de trabalho, falta de infraestrutura, risco de vida, burocracia, lidar com o preso, o ambiente de trabalho conflituoso, excesso de responsabilidades, inadequação de função e excesso de controle interno.

Costa *et.al* (2007) também realizaram um estudo descritivo com policiais militares da cidade de Natal (RN) com o objetivo de diagnosticar a ocorrência de estresse. O Inventário de Sintomas de Estresse para adultos de Lipp (ISSL) foi utilizado para a coleta de dados. Esse instrumento foi desenvolvido para medir o nível de estresse global e não ocupacional. Os resultados apontaram a presença de estresse. Porém, seus níveis e sintomas não indicaram um quadro de fadiga crítico e específico, mas semelhantes aos descritos em outras pesquisas, para homens e mulheres adultos brasileiros. Das variáveis investigadas (unidade policial, posto policial, sexo, hábito de beber, fumo, escolaridade, estado civil, idade, tempo de serviço e faixa salarial) a única que apresentou relação com estresse foi o sexo, sendo as mulheres as mais afetadas, o que corrobora dados brasileiros referentes a outros grupos de profissionais. Os autores sugerem que haveria um maior número de fontes de estresse para as mulheres como

jornada dupla de trabalho, obrigações domésticas, o fato de sofrerem mais com relações interpessoais ruins e ainda, suas características fisiológicas e psicológicas.

4.3 Gênero e Trabalho Feminino

Durante muito tempo as mulheres ficaram à sombra dos homens e da história. Rangel e Sorrentino (1994) ao analisarem o conceito histórico de gênero, avaliam que o advento do capitalismo possibilitou o desenvolvimento de uma consciência coletiva da situação de inferioridade social das mulheres. Ao se lançarem ao mercado de trabalho, elas passaram a ter vivência coletiva que permite a emergência de uma consciência de opressão. As transformações que trouxeram as revoluções - política na França e industrial na Inglaterra - criaram condições para uma nova participação feminina na sociedade. A inserção da mulher no mercado de trabalho, uma necessidade do sistema capitalista, rompeu, de uma vez por todas, o processo de seu confinamento no domicílio e permitiu que paulatinamente elas conquistassem e ocupassem o espaço público.

O movimento feminista floresceu e se articulou na década de 1960 em vários países. Seu desenvolvimento contribuiu para que a cultura passasse a ser reconhecida como determinante não apenas dos papéis sexuais, mas também das condutas e comportamentos sociais. É dessa época a elaboração crítica do conceito de gênero. Para Simões Barbosa (2001), a originalidade e o potencial crítico do conceito de gênero devem-se, em parte, ao fato de ele ter sido gerado no bojo de um movimento de mulheres que por sua vez, floresceu e ganhou força no contexto das lutas sociais mais gerais que ocorreram nos anos 1960, ao mesmo tempo em que contribui muito com elas.

Portanto o feminismo inegavelmente alargou, em muitos sentidos, a crítica teórica e prática sobre a exploração e a opressão social e demonstrou que as lutas emancipadoras não se travam exclusivamente nos planos econômico, social e político. Como decorrência, instâncias como a família, o casamento, a sexualidade e a vida privada puderam ser expostas enquanto espaços onde se exercem relações de poder e de controle social (SIMÕES BARBOSA, 2001, pág. 59).

O conceito de gênero foi elaborado para se contrapor à argumentação que atribui às características biológicas sexuais das mulheres sua posição social subalterna. Não são propriamente as características sexuais, mas a forma como estas são socialmente representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas, que constitui, efetivamente, o que é masculino ou feminino em dada sociedade e em dado momento histórico. A teorização do

conceito de gênero deu visibilidade a experiências de opressão vivenciadas pelas mulheres, a partir de então. E isso foi possível, porque o movimento feminista tornou pública a importância da mulher, enquanto sujeito de conhecimento e enquanto sujeito político que luta para transformar situações de opressão e de subordinação naturalizadas pelo patriarcalismo.

Kergoat (2000) usa a expressão “relações sociais de sexo” também para falar das interações entre homens e mulheres. Para ela, todas as relações sociais têm uma base material, no caso, o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, também chamada de divisão sexual do trabalho. Essa noção aponta para uma divisão complementar das tarefas entre homens e mulheres, mas também para uma relação de poder dos homens sobre as mulheres. A divisão sexual do trabalho tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a captura pelos homens de funções de forte valor social agregado como as que se referem à política, à religião e às instâncias militares.

Nessa perspectiva, a divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: (1) o de separação segundo o qual existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e (2) o de hierarquização, segundo o qual o trabalho do homem vale mais do que o da mulher.

A divisão sexual do trabalho não é um dado rígido e imutável. Suas modalidades variam fortemente no tempo e no espaço: uma mesma tarefa, especificamente feminina em determinada sociedade ou ramo industrial pode ser considerada tipicamente masculina em outros (MILKMAN, 1987, apud KERGOAT, 2000).

Estudo de Bruschini *et al* (2008) traça um panorama da situação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro nas duas regiões mais populosas do país, o sudeste e o nordeste, e destaca:

De um lado, a intensidade e a constância do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, que vem ocorrendo desde a metade dos anos 1970, de outro, o elevado desemprego das mulheres e a má qualidade do emprego feminino; de um lado, a conquista de bons postos e o acesso a carreiras e profissões de prestígio por parte de mulheres escolarizadas, de outro, o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais (BRUSCHINI *et al.*, 2008, p.15).

Segundo Besse (1999), no Brasil, na década de 1910, as mulheres de classe média e até de classe alta urbanas estavam cada vez mais participando do mercado de trabalho, somando-se

às mulheres pobres assalariadas. A autora aponta alguns fatores responsáveis por essa mudança, entre eles a passagem da produção doméstica para o mercado, a situação econômica precária crescente da classe média urbana, a procura cada vez maior do mercado por funcionárias para o setor de serviços e sua valorização pessoal por parte das mulheres, com seus desejos de autonomia econômica e realização profissional.

Mesmo assim a autora destaca que o emprego feminino não liberava as mulheres de seus papéis familiares e nem permitia que destruíssem os estereótipos vinculados à feminilidade, à delicadeza, à virtude e ao altruísmo.

Era crucial para a estabilidade da família (e, por extensão, para a ordem pública) e essencial para os empregadores que buscavam manter baixos os custos de mão-de-obra, que o emprego feminino continuasse a ser “complementar” ao emprego masculino. (BESSE, 1999, p. 147).

Havia um enorme empenho em procurar conciliar o emprego feminino com os papéis domésticos e familiares. Isso configura o que se costuma chamar de “dupla jornada feminina”, em que a mulher, além do trabalho fora de casa, assume para si a responsabilidade por todo o trabalho doméstico e pelos cuidados da família. O mercado de trabalho também necessita do tempo de trabalho das mulheres na esfera reprodutiva.

Para Kergoat (2000) o movimento feminista começou a partir da tomada de consciência de uma *opressão* específica: tornou-se coletivamente evidente que uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres, que este trabalho invisível era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal. Esse tipo de dedicação nunca foi caracterizada como trabalho e, sim, referida como obrigação das mulheres, automaticamente, como um dado da natureza não sendo, conseqüentemente, reconhecido. A chamada segunda jornada sempre foi tratada como o que Arendt (2007) denomina *labor* (animal laborans), espelhando-se nas classificações das atividades pelos gregos, que pode ser definido como a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida. Ela assegura não a própria sobrevivência, mas a sobrevivência da espécie. *Labor* é o trabalho que tem como característica, não deixar atrás de si o resultado do esforço que é consumido tão depressa quanto o esforço despendido. O labor diz respeito à esfera privada.

Os preconceitos sociais que exigiam que as mulheres ingressassem em trabalhos compatíveis com o seu sexo e capacidades, “limitavam as oportunidades das mulheres e geraram a segmentação por sexo na força de trabalho” (BESSE, 1999).

Para Hirata e Kergoat (2007) a “divisão sexual do trabalho” não é apenas um modo de separar as atividades entre homens e mulheres, mas também de classificá-las. São consideradas mais válidas socialmente as atividades públicas dos homens e menos válidas as desenvolvidas pelas mulheres, apresentando assim, aspectos de separação e hierarquia.

Durante o século XX, algumas mulheres foram pouco a pouco ingressando em indústrias tradicionalmente dominadas pelos homens. Porém as mudanças mais significativas no padrão de emprego feminino ocorreram no setor de serviços. “A administração pública, que se mantivera fechada para as mulheres durante o século XIX, ofereceu novas oportunidades importantes a partir da década de 1910” (BESSE, 1999).

No Brasil, como já foi dito, as mulheres ingressaram nas polícias no momento de precarização, globalização e de feminização do mundo do trabalho, em um momento de crise da instituição policial que refletia uma crise mais ampla do próprio modo de organização do trabalho nas sociedades contemporâneas.

A identidade feminina policial e a feminização da profissão policial ganham visibilidade na inserção em subgrupos de trabalho, ou mesmo em subtrabalhos dentro da instituição, dado o domínio masculino desse ofício, rechaçando-se, de diversas formas, a presença da mulher (CALAZANS, 2004, p. 146).

4.4 Sobre a mulher policial militar

Dados do Ministério da Justiça (2010) estimam que no Brasil, apenas 7,5% de policiais militares são mulheres. Pesquisa de Minayo *et al* (2008) mostra para o Rio de Janeiro um percentual ainda menor, 5% do efetivo da Polícia Militar.

A admissão de policiais mulheres, no Brasil, iniciou-se no Estado de São Paulo, em 1955, mas a grande concentração de admissões ocorreu nos anos 1980, porém, sem a preocupação de adequação de sua estrutura e equipamentos para as necessidades delas. Embora exista já um tempo histórico suficientemente extenso dessa entrada das mulheres nas

Corporações, a quase ausência de informações específicas sobre elas evidencia que não há uma perspectiva de gênero, nem qualquer perspectiva de avaliação dessa experiência por parte das instituições (Musumeci e Soares, 2004). Causa estranheza essa postura, pois a inclusão do contingente feminino não foi uma demanda social e sim uma motivação interna vinda da própria polícia. A intenção era humanizar a imagem corporativa, na época de redemocratização política do país, porém, sem intenção de mexer na estrutura.

Segundo Soares e Musumeci (2005), entre as atividades inicialmente previstas para as mulheres policiais de 17 estados brasileiros, destacam-se: trabalhos com crianças, adolescentes, mulheres e idosos; com alcoólatras, drogados e mendigos; em policiamento ostensivo em portos, aeroportos e rodoviárias; em policiamento de trânsito e em áreas comerciais e turísticas; em grandes eventos; em trabalhos comunitários e assistenciais; em revista de mulheres detentas ou suspeitas e de visitantes em presídios; em serviços internos de secretaria, telefonia, arquivamento e recepção.

A visão de que as mulheres são mais solidárias e por isso devem exercer funções de cuidados e assistência reflete a cultura e mostra uma naturalização de diferenças quanto ao papel de gênero, havendo uma associação entre as funções destinadas a elas e a imagem social tradicional do papel feminino assistencial e de cuidadora.

O processo de constituição de mulheres em policiais militares revela o aparelho policial como uma máquina de produção de subjetividade, impedindo qualquer forma de singularização, tanto para policiais masculinos como policiais femininos. Para as singularizações, existem sanções, portanto o aparelho policial militar é um espaço que busca modos hegemônicos de ser e tem a violência como um dispositivo estratégico na constituição de homens e mulheres em policiais militares. (CALAZANS, 2004, p.148).

No Rio de Janeiro, data dos anos 1980 a admissão de mulheres na polícia militar. Em 1985 o Comando Geral decidiu alocar todas elas no policiamento de trânsito. Alguns depoimentos justificam essas mudanças, particularmente, a busca de melhoria da imagem institucional, pois as policiais femininas eram consideradas menos corruptíveis, mais rígidas em relação aos desvios e desobediências. Essa experiência se desenvolveu durante quase 10 anos e segundo Soares e Musumeci (2005) foi muito bem avaliada, inclusive pela população, pelos resultados que apresentou. Porém as mulheres policiais sentiam que o trabalho restrito ao trânsito gerava muitos desgastes físicos e era realizado em condições muito desfavoráveis: trabalho realizado em pé, durante muitas horas, sob sol forte, com ausência de banheiros adequados, gerando desconforto físico, particularmente nos períodos menstruais.

Com a criação da Companhia Especial de Polícia de Trânsito em 1993, as policiais foram realocadas em diferentes Unidades. Também em 1993, elas conseguiram a unificação dos quadros (masculino e feminino), expressa por lei, que garantia às mulheres igualdade nas promoções e acesso a todos os degraus da hierarquia, antes permitido somente até o posto de capitão (SOARES e MUSUMECI, 2005). Porém, a dispersão em muitas atividades e a ascensão de várias na carreira corporativa contribuíram para o enfraquecimento dos vínculos entre elas enquanto força coletiva com poder de reivindicação. As autoras concluem, a partir de relatos das policiais que, escondendo as mulheres e tornando-as quase invisíveis, neutralizaram-se os possíveis efeitos benéficos que a presença delas poderia ter para a imagem pública da Polícia Militar.

No Rio de Janeiro, aliás, tem-se a nítida impressão de que, passados mais de vinte anos, a PM ainda não faz idéia de por que ou para que criou um contingente feminino de policiais. (SOARES e MUSUMECI, 2005, p.55).

As policiais relatam que sentem falta de uma política definida de aproveitamento e ressentem-se desse subaproveitamento. Segundo a mesma pesquisa, a população do município do Rio de Janeiro reconhece o papel transformador das mulheres policiais, que tanto poderia contribuir para o aumento da eficácia, da legalidade e da qualidade ética da segurança pública.

Perfil da Policial Militar do Rio de Janeiro

Com o objetivo de atualizar dados quantitativos sobre as **mulheres da PMERJ**, foram solicitadas informações ao SISPE (Sistema de Pessoal da PMERJ). De acordo com dados de **2011**, o total geral de policiais militares (masculinos e femininos) ativos nas regiões do Estado do Rio de Janeiro é de 39.860, entre os quais **3.435 são mulheres**, o que significa um aumento significativo de 5% para **8,6% de mulheres no conjunto do efetivo**.

Pesquisa de Conceição (2010) informa que em 2009, não havia ainda mulheres “coronel full” ou coronel PM, como é chamado o mais antigo grau hierárquico, logo após tenente coronel. Em 2011, dados coletados para essa pesquisa junto ao SISPE informam que existem **4 mulheres coronel full na PMERJ**. Elas começaram a entrar na PM no início dos anos 1980 e somente agora, quase 30 anos depois, estão alcançando o último posto, o que mostra a dificuldade de ascensão na instituição.

Entre as 3.435 mulheres policiais da PMERJ, **71,5% são Praças e 28,5% Oficiais**. Seu grau hierárquico concentra-se fortemente entre as soldados, cabos e 3º sargentos: 63,23%. Existe também uma concentração representativa nas patentes de 1º Tenentes e Capitães (20,7%). Há 17 tenentes coronéis mulheres representando 0,5% e, por enquanto, apenas 4 coronéis (0,1 % do efetivo feminino). (tabela 01).

TABELA 01: Distribuição percentual das mulheres policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, segundo grau hierárquico no ano de 2011.

	GRADUAÇÃO NA PM	QUANTI DADE	%
OFICIAIS 28,5%	CORONEL	4	0,11
	TENENTE CORONEL	17	0,50
	MAJ OR	188	5,48
	CAPITÃO	299	8,70
	1º TENENTE	413	12,00
	2º TENENTE	16	0,47
	ASPIRANTE	1	0,03
	ALUNO 1º ANO	35	1,02
	ALUNO 2º ANO	1	0,03
	ALUNO 3º ANO	6	0,17
PRAÇAS 71,5%	SUBTENENTE	41	1,20
	1º SARGENTO	107	3,12
	2º SARGENTO	135	3,93
	3º SARGENTO	268	7,80
	CABO	316	9,21
	SOLDADO CLASSE C	1588	46,22
	TOTAL EFETIVO	3435	100

Dados SISPEs (2011)

Segundo Soares e Musumeci (2005), na polícia do Rio de Janeiro a maioria das mulheres executa funções internas nos quartéis ou está cedida a outros órgãos públicos, desenvolvendo atividades de natureza burocrática e administrativa. Atividades administrativas constituem um conjunto de atividades-meio que dão suporte às atividades-fim que, por serem desempenhadas dentro dos limites físicos da unidade, produziriam menos estresse do que o trabalho ostensivo. Essas funções costumam ser exercidas em unidades de educação, de saúde, operacionais especiais, de serviço social e de correição. As unidades operacionais são as responsáveis pelo policiamento ostensivo.

Reforçando essas afirmações a pesquisa de Conceição (2010) mostra em 2009, também no Rio de Janeiro, um maior percentual de mulheres praças, distribuídas nas unidades de saúde (35,93%), seguidas das unidades operacionais, operacionais especiais (25,91%) e das unidades de diretoria (19,44%). Apenas o efetivo de saúde e diretorias soma um total maior que a metade do efetivo feminino da PMERJ. Segundo a mesma pesquisa, a PMERJ tem em seus quadros 21,7% de oficiais mulheres e 78,3% de oficiais homens. Entre praças, há um grupo de 4,1% de mulheres e 95,9% de homens. A idade do grupo feminino até o ano de 2009 variou de 20 a 58 anos, com a média e mediana de 36 anos. Há maior concentração do efetivo no grupo etário de 30 a 39 anos. Prevalencem mulheres solteiras e com ensino superior completo.

Em relação ao tempo de serviço:

O tempo de serviço das mulheres policiais da ativa no ano de 2009 variou de um ano incompleto até 33 anos de serviço ativo. Porém 48,5% das mulheres trabalham na polícia de 6 a 10 anos. A média do tempo de serviço do efetivo feminino na Polícia Militar foi de 11 anos e a mediana foi de 9 anos de serviço. (CONCEICAO, 2011, pg. 67).

5. METODOLOGIA

5.1. Procedimento para a Coleta de Dados

O estudo de Minayo *et al* (2008) relata em sua apresentação, a dificuldade inicial das pesquisadoras em relação ao acesso à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Mostra também que os limites dos princípios hierárquicos foram às vezes difíceis de serem ultrapassados. Consideram razões desses entraves os conflitos e contrariedades não resolvidos até então entre pesquisadores na área de segurança pública e o Comando da Polícia Militar.

Para esta pesquisa, em 2011, o que se encontrou foi diferente. A autorização do Comandante da PMERJ (ANEXO), condição necessária para a aprovação da pesquisa no Conselho de Ética da ENSP, foi conseguida com relativa facilidade e abriu as portas em todos os batalhões e unidades de saúde visitadas.

A autorização foi solicitada em fevereiro de 2011 e concedida em menos de um mês. O que aconteceu a seguir diz respeito a altos níveis de exigência e à burocracia da própria instituição. Na verdade, a autorização do comandante se extraviou e a partir daí foi difícil conseguir outra: erros teriam que ser assumidos e em uma instituição onde a hierarquia e disciplina são tão prezadas, assumir erros acarreta custos, às vezes constrangedores. De qualquer forma tudo foi resolvido da melhor forma para todos.

A facilidade com que foi concedida a autorização da pesquisa pela autoridade competente da PMERJ, mostra o caminho trilhado pela instituição pesquisadora (no caso o CLAVES/ENSP/FIOCRUZ) e os resultados da busca pela confiança do Comando e da tropa da PM. Verifica-se, pelo respeito que demonstra a PM, que em pesquisas anteriores, as pesquisadoras tiveram e aproveitaram a oportunidade de mostrar sua seriedade e seus objetivos construtivos. Pode-se dizer que as portas estavam “quase abertas, ou apenas encostadas”. Encontraram-se manifestações de confiança e credibilidade frente à instituição pesquisadora. Percebeu-se em todos os escalões o interesse, acolhimento e vontade de cooperar.

O “universo bastante reticente e arredo de pessoas” (MINAYO *et al*, 2008) encontrado de um modo geral pelas pesquisadoras, na PMERJ, durante estudo realizado entre 2005 e 2007, pode-se dizer que evoluiu para um ambiente de pessoas dispostas a colaborar, curiosas, interessadas pelo tema do estresse ocupacional e sem medo de se expor (mesmo diante de gravadores).

As participantes cobraram a divulgação dos resultados e demonstraram seu interesse fazendo perguntas relativas à instituição, ao ingresso no mestrado e aos motivos do interesse da pesquisadora em relação ao tema. Mostram-se à vontade em relação à técnica de grupos focais e sem desconfianças em relação à solicitação de assinatura do termo de consentimento. Ao final, algumas mulheres verbalizaram o desejo de terem, na PM, espaços de debates em grupo, como aquele (grupo focal que realizamos), mas com finalidade terapêutica.

5.2. Realização do trabalho de campo

Para a realização da pesquisa de campo, optou-se pelo método qualitativo, pois ele possibilita envolver aspectos complexos e específicos como a narrativa de experiências pessoais, de relações de poder, podendo levar ao detalhamento das opiniões e aprofundamento

das observações. Para a coleta de dados foi utilizada a técnica de grupos focais, nos quais foram abordadas questões referentes ao processo de trabalho e estresse, com roteiro semi-estruturado elaborado previamente (APÊNDICE A).

Sabemos que o material resultante de um grupo de discussão é absolutamente diferente do que obtemos em uma entrevista. Isso porque, no grupo, ouvir o outro e apreciar sua opinião permite atingir um nível de explicação razoavelmente profunda sobre determinado tema de forma consensual, assim como possibilita, também, deixar claro os dissensos existentes entre os diferentes participantes (MINAYO, SOUZA e CONSTANTINO, 2008, pg 38).

Foram realizados oito grupos focais, no período de agosto a outubro de 2011, sendo quatro com oficiais e quatro com praças, lotadas em Unidades situadas na capital do Rio de Janeiro. Participaram 42 mulheres, sendo 17 oficiais e 25 praças. O número de grupos foi suficiente para a abordagem do tema, dado que o critério adotado na técnica dos grupos focais é o de saturação do conteúdo da experiência e não o de quantidade. Segundo Minayo *et al* (2008) na pesquisa qualitativa não importa o número de interlocutores, e sim o aprofundamento das questões relevantes e a abrangência de todos os atores principais.

Em apenas dois grupos de oficiais foi necessário utilizar a técnica de entrevista em dupla, uma vez que não se conseguiu agrupar nos batalhões mais de duas mulheres policiais oficiais, atuando em trabalhos operacionais. O roteiro utilizado foi o mesmo em todos os casos.

O critério de seleção das entrevistadas respeitou o pertencimento a diferentes cargos (oficiais e praças), a diversidade de funções (operacionais e técnico profissionais/quadro de saúde) e a pluralidade de áreas de atuação (áreas com diferentes índices de violência). Identificadas as mulheres policiais específicas para cada grupo, elas foram convidadas a participar e discutir sobre o tema. Em cada grupo havia mulheres exercendo funções do mesmo nível hierárquico, sem relação de subordinação entre elas, evitando-se assim os constrangimentos. Esses critérios atenderam as questões éticas, aos objetivos propostos pelo estudo, assim como ao que a literatura aponta como fatores que podem influenciar tanto a percepção quanto a vivência do estresse.

Os quatro grupos realizados com **Oficiais** foram assim compostos:

1. As que trabalham no quadro de saúde em áreas de risco;
2. As que trabalham no quadro de saúde em áreas não consideradas de risco;
3. As que trabalham operacionalmente (na rua), em áreas de risco (entrevista com uma dupla de participantes);
4. As que trabalham operacionalmente (na rua), em áreas não consideradas de risco (entrevista com uma dupla de participantes).

Os quatro grupos realizados com **Praças** foram assim compostos:

5. As que trabalham no quadro de saúde em áreas de risco;
6. As que trabalham no quadro de saúde em áreas não consideradas de risco;
7. As que trabalham operacionalmente (na rua), em áreas de risco;
8. As que trabalham operacionalmente (na rua), em áreas não consideradas de risco;

Para atingir os objetivos gerais e específicos determinados para o estudo, os oito grupos focais dividiram-se da seguinte maneira: quatro em áreas consideradas de risco, com alto índice de violência ou criminalidade; e quatro em áreas não consideradas de risco (QUADRO 02).

QUADRO 02: Distribuição dos grupos focais realizados nesta pesquisa em 2011.

ÁREA DE TRABALHO	UNIDADE	08 GRUPOS 42 participantes
Áreas de risco (4 grupos focais)	Saúde	Oficiais - 06 participantes
		Praças - 04 participantes
	Operacional	Oficiais - 02 participantes Entrevista em dupla
		Praças - 08 participantes
Áreas não consideradas de risco (4 grupos focais)	Saúde	Oficiais - 07 participantes
		Praças - 05 participantes
	Operacional	Oficiais - 02 participantes Entrevista em dupla
		Praças - 08 participantes

Para conhecer onde efetivamente, à época, estavam lotadas as mulheres, oficiais e praças, recorreu-se ao banco de dados da pesquisa de Luz (2011), gentilmente cedido pela pesquisadora. As unidades estudadas foram selecionadas de acordo com as especificidades necessárias (áreas de risco ou não, unidade de saúde ou batalhão operacional), aliadas à realidade da lotação do efetivo feminino. Para selecionar as áreas, o critério foi o de locais reconhecidamente violentos pelo setor de segurança pública.

Para representar a unidade de saúde localizada em área de risco, foi selecionada uma unidade ambulatorial. Apesar da instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na região há cerca de 10 meses, a área, à época do trabalho de campo ainda era considerada violenta e em conflito. A Unidade de saúde selecionada e localizada em área não considerada de risco foi um hospital.

Também localizado em área de risco, foi selecionado um Batalhão como representativo de Unidade operacional para esta pesquisa. Esse batalhão é responsável pelo policiamento ostensivo geral, está localizado em um bairro da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro que é conhecido pelos altos índices de violência e criminalidade. Essa Unidade também foi escolhida pelo fato de ter uma expressiva lotação de mulheres policiais militares, o que é raro em batalhão operacional. Foi difícil compor um grupo focal de oficiais porque são poucas e estão dispersas pelas unidades. Optou-se por utilizar a técnica de entrevista em dupla.

A unidade selecionada para representar um batalhão operacional em área não violenta fica em um bairro da zona sul do Rio de Janeiro e tem muitas mulheres em seu efetivo.

Nos batalhões selecionados como operacionais, conseguiram-se um número mínimo plausível de mulheres praças (seis a oito) para realização do grupo focal. O mesmo não ocorreu com as oficiais. Nos dois batalhões operacionais não houve possibilidade de se realizar grupo focal, segundo as orientações sobre a técnica (Minayo, 2010). O número de oficiais é muito mais reduzido e por esse motivo foram realizadas entrevistas em duplas, o que permitiu manter o sentido dos grupos focais que é a troca entre os participantes.

O roteiro incluiu as seguintes temáticas: percepção do estresse ocupacional; prazer no trabalho; dificuldades e vantagens de ser uma mulher policial; relação com chefes ou superiores hierárquicos; diferenças no estresse de uma mulher que atua na área operacional e outra que atua nas unidades de saúde, e entre praças e oficiais; consequências do estresse

negativo na saúde, cotidiano de trabalho e dia a dia em família; estratégias para amenizar as consequências desse tipo de estresse.

Na operacionalização dos grupos focais, foi feita uma introdução sobre o escopo e o sentido da pesquisa e perguntas iniciais com o intuito de caracterizar o grupo: idade, tempo de polícia, patente, tipo de serviço realizado atualmente e se a pessoa possui outra atividade fora da polícia. Essas perguntas foram feitas antes da ligação do gravador e anotadas pelas pesquisadoras. As discussões dos grupos focais foram gravadas e transcritas. Códigos foram atribuídos às policiais participantes e às pessoas por elas mencionadas, para se preservar o sigilo das informações.

5.3 Aspectos éticos

O projeto de pesquisa foi enviado ao Comitê de Ética da ENSP, com a autorização para realização da pesquisa e dos grupos focais, concedida pelo comando da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, devidamente anexada. O projeto foi aprovado pelo Comitê sob o protocolo de pesquisa CEP/ENSP nº 49/11 (CAAE: 0060.0.031.000 -11) de 21 de junho de 2011. As mulheres policiais participantes dos grupos focais assinaram um termo de livre consentimento para a pesquisa. (APÊNDICE B).

5.4 Organização e Análise dos Dados

A análise e interpretação dos dados qualitativos foram efetuadas a partir do enfoque da análise temática, seguindo a perspectiva da análise de conteúdo de Bardin (1979) em sua versão adaptada por Minayo (2006), ou seja, destacando-se as relevâncias evidenciadas pelas próprias interlocutoras.

A pesquisa cumpriu algumas etapas: a) os dados recolhidos em campo (material gravado), resultado da discussão em grupos focais, foi transcrito e digitado; b) foram atribuídos códigos às entrevistadas e às pessoas por elas mencionadas; c) realizou-se a leitura

compreensiva dos textos transcritos; d) uma estrutura de análise foi montada a partir de cada pergunta do roteiro, separadas as respostas das praças e as das oficiais.

Dessa forma, a estrutura de análise construída, proporcionou a comparação em relação às semelhanças e diferenças entre as respostas de praças e oficiais, em cada questão. Foram identificadas as idéias centrais presentes em cada um dos temas do roteiro e separados os trechos de depoimentos mais ilustrativos. Também foi realizada a identificação dos sentidos atribuídos às idéias e elaboradas as sínteses interpretativas em relação a cada tema.

Essa estrutura permitiu a compreensão das idéias, opiniões e percepções dos subgrupos de entrevistadas: oficiais e de praças, segundo a natureza do trabalho (operacional ou técnico-administrativo) e o território de localização da Unidade (área de risco ou não).

6. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta análise se divide em quatro partes: (1) inicialmente se apresenta o perfil das entrevistadas relativamente às atividades que exercem, visando a mostrar sua inserção na Corporação; (2) logo a seguir, descreve-se a visão das Policiais Oficiais sobre a relação entre seu trabalho, a organização corporativa, a vida social e o estresse; (3) em terceiro lugar, o mesmo é demonstrado de forma descritiva em relação à visão das Praças; e por fim (4), busca-se uma comparação entre os dois pares de oposição aqui focalizados: oficiais *versus* praças e atividades operacionais *versus* atuação nas instituições de saúde da polícia. A seguir esses pontos serão destacados.

Inicialmente, é preciso lembrar que se definiram no referencial teórico dessa pesquisa, alguns conceitos sobre estresse e estresse ocupacional. No entanto, o estudo não teve como objetivo aferir clinicamente a existência ou não de estresse ocupacional entre as mulheres policiais participantes da pesquisa e, sim, compreender suas percepções sobre as tensões no trabalho que podem gerar estresse. Portanto trata-se aqui de um estudo de estresse auto-referido, modo de conhecimento bastante utilizado em relação a esse fenômeno (CAVANAUGH *et al*, 2000).

Pode haver estresse no trabalho dessas mulheres, proveniente da função específica exercida por elas, ou vinculado diretamente a profissão, pelo fato de serem policiais. No entanto, o estresse não é inerente à profissão policial, muito menos às mulheres que atuam na Corporação. Não são todos os policiais que desenvolvem naturalmente esse problema de saúde, para o qual muito contribuem fatores pessoais. Como se verá pelos resultados do estudo, existem pessoas mais ou menos estressadas e outras que não identificam estresse em seu trabalho. Da mesma forma, existem algumas características da profissão relacionadas ao processo de trabalho que podem causar o estresse, assim como são diferentes em cada pessoa as formas de enfrentamento desse tipo de problema.

Na pesquisa qualitativa é importante apresentar e discutir o contexto de cada grupo, tendo o cuidado de descrever e qualificar quais são as funções e atividades das participantes para que se compreenda, de forma crítica, o enredo, o histórico de suas opiniões e percepções acerca do estresse no trabalho. Apresenta-se no decorrer dos resultados o contexto de cada grupo, com o objetivo de mostrar quem são as mulheres que participaram da pesquisa.

As unidades selecionadas se diferenciaram pelo território, uma localizada em área considerada violenta e outra não. Dentro dessa característica, não houve em nenhuma das categorias, diferenças que valham a pena serem ressaltadas. A área de localização da unidade pareceu não influir em relação à percepção de estresse, porém, outras características mostraram-se relevantes.

Entre as unidades de saúde uma é hospitalar e a outra ambulatorial. A hospitalar é bem maior fisicamente e nela se percebe uma rotina de demanda de atendimento mais dinâmica e urgente, um ambiente mais propício ao estresse pela intensidade do trabalho. A Unidade ambulatorial é bem menor e muito menos movimentada.

Entre as unidades operacionais, uma é localizada em área ampla, distante do centro do bairro onde está situada, ao lado de um batalhão de cavalaria, num ambiente que se assemelha ao de fazenda e inspira tranquilidade. A outra, apesar de ser um local já considerado menos violento graças à implantação da UPP, localiza-se em espaço muito mais urbano, movimentado e turístico.

6.1. Perfil das mulheres policiais que participaram dos grupos focais.

Em relação ao perfil das policiais militares da cidade do Rio de Janeiro que participaram dos grupos focais desta pesquisa, pode-se dizer que houve uma amostra muito diversificada em relação à idade e tempo de serviço. A média de idade entre as mulheres participantes é de 36 anos, variando de 23 a 50 anos. Nas unidades operacionais pesquisadas se encontraram as mulheres mais jovens. (QUADRO 03).

QUADRO 03: Perfil das participantes dos grupos focais realizados nesta pesquisa em 2011

08 Grupos	Patentes	Média de Idade	Média de tempo de serviço na PM	Profissão/Função	Tem outro trabalho ?
1. Oficiais – Unidade de Saúde 07 participantes Área não considerada de risco	01 Tenente Coronel 04 Majores 02 1º Tenentes	40 anos	15 anos	04 enfermeiras 01 médica 01 dentista 01 Aux. Adm.	07 sim
2. Oficiais – Unidade de Saúde 06 participantes Área de risco	02 Majores 01 Capitão 03 Tenentes	36 anos	11anos	02 enfermeiras 01 psicóloga 02 dentista 01 Aux. Adm	02 não 04 sim
3. Praças - Unidade de Saúde 05 participantes Área não considerada de risco	04 Cabos 01 Sargento	40 anos	12 anos	01 fisioterapeuta 02 aux. enferm. 01 aux. odontol. 01 téc. enferm.	02 não 03 sim
4. Praças - Unidade de Saúde 04 participantes Área de risco	02 Subtenentes 01 Soldado 01 Cabo	39 anos	16 anos	03 Aux. Adm 01 téc. enferm.	04 não
5. Oficiais -Unidade Operacional 02 participantes Área não considerada de risco	02 2º Tenentes	32 anos	5 anos	02 supervisoras (trabalho interno e externo)	02 não
6. Oficiais –Unidade Operacional 02 participantes Área de risco	01 Major 01 Capitão	32 anos	12 anos	02 Rel. Públicas	01 não 01 sim
7. Praças - Unidade Operacional 08 participantes Área não considerada de risco	01 Cabo 07 Soldados	28 anos	5 anos	06 Aux. Adm. 02 Polic. Ostensivo	06 não 02 sim
8. Praças - Unidade Operacional 08 participantes Área de risco	04 Sargentos 02 Cabos 02 Soldados	39 anos	15 anos	02 Polic. Ostensivo 04 Aux. Adm. 02 Juizado/Fórum	08 não
TOTAL	-	36 anos	11 anos	-	25 não 17 têm

O tempo médio de atividade na polícia militar nessa amostra é de 11 anos. Participaram desde mulheres jovens com sete meses de admissão, até três representantes da primeira turma de policiais femininas do Estado do Rio de Janeiro, admitidas em 1982 (essas têm 29 anos e 9 meses de polícia). Entre as oficiais, houve maior concentração de tenentes e majores (82%) e entre as praças, de soldados e cabos (72%). (tabela 02).

TABELA 02: Graduação de mulheres oficiais e praças da PMERJ, participantes dos grupos focais desta pesquisa em 2011.

Oficiais		Praças	
Graduação	Nº de Participantes	Graduação	Nº de Participantes
Tenente coronel	01	Subtenente	02
1º Tenente	05	Sargento	05
2º Tenente	02	Cabo	08
Major	07	Soldado	10
Capitão	02	-	-
Total	17	-	25

Entre as 42 participantes, 25 mulheres (60%) declararam que não têm outro trabalho além da polícia e 17 mulheres (40%) afirmaram que exercem outra atividade remunerada (QUADRO 03). Mais de 70% das oficiais declararam ter outro trabalho, já apenas 20% das praças trabalham em outro serviço. As oficiais que atuam na área da saúde e não são chefes têm uma carga horária menor de serviço. Em maioria, são as que têm outros empregos. Já entre as quatro oficiais participantes de unidades operacionais (apesar de essa amostra ter sido menor pelas dificuldades de se encontrar oficiais em funções operacionais), apenas uma declarou que atua em outra atividade. Nessas unidades, as poucas oficiais assumem cargos de chefia, sua carga horária de trabalho fica mais intensa e não sobra tempo para se dedicarem a outro trabalho.

Esses resultados corroboram dados de Luz (2011) que afirma ser elevada a proporção de mulheres que não possui outro trabalho além da polícia (60,3%) e que mais da metade das mulheres das unidades de saúde possui outro emprego remunerado (56,4%). Já a maioria das mulheres que trabalham nas unidades administrativas (74,3%) e operacionais (67,7%) não possui outra atividade.

Participaram dos grupos focais profissionais de campos e funções diversas. O quadro de saúde esteve fortemente representado com 40,5% das participantes (tabela 03). As profissionais de enfermagem foram as mais representadas: 10 mulheres (seis enfermeiras, duas técnicas e

duas auxiliares) num total de 59% entre as profissionais de saúde. A elas juntaram-se quatro profissionais de odontologia, uma psicóloga, uma médica e uma fisioterapeuta.

TABELA 03: Tipo de atividade exercida na Polícia Militar pelas participantes dos grupos focais desta pesquisa em 2011.

Tipo de atividade	Número de participantes	%
Quadro de saúde	17	40,5
Trabalhos administrativos	17	40,5
Operacional	08	19
Total	42	100

As profissionais envolvidas diretamente com trabalhos administrativos (secretaria, pessoal, tesouraria, relações públicas) também somaram um total de 40,5% das participantes.

Apesar da metade das participantes estarem lotadas em batalhões operacionais, apenas oito mulheres trabalhavam diretamente na rua, no policiamento ostensivo ou no policiamento de instituições como o juizado ou fórum, representando 19% da nossa amostra. Isso demonstra e corrobora o que tem sido encontrado em várias outras pesquisas segundo as quais, mesmo em batalhões operacionais, as mulheres são direcionadas para trabalhos administrativos.

6.2. Visão das Policiais Oficiais sobre o estresse laboral

Realizaram-se dois grupos com **oficiais do quadro de saúde**. Deles participaram treze policiais militares. Seis policiais eram enfermeiras, havia uma médica, três dentistas, uma psicóloga da primeira turma de psicólogas e duas auxiliares administrativas. As profissionais com cargo de chefia (duas enfermeiras e uma médica), em ambas as unidades fizeram relatos extensos de sofrimento quando perguntadas sobre estresse. Mostraram-se muito sobrecarregadas de trabalho e falaram também da influência dessa carga na família. São profissionais de saúde, com nível superior, idade acima dos 40 anos e há mais de 10 anos na polícia.

Talvez as pessoas mais jovens nem tanto, geralmente essa carga (excessiva de trabalho) fica mais em cima dos mais antigos de corporação.

Quem tem função de chefia, fica sobrecarregado independente de tempo.

Oficiais/saúde

Nesses dois grupos também se observaram profissionais muito jovens (duas enfermeiras e uma dentista), recém chegadas à polícia (há menos de um ano) que quase não expressaram suas opiniões, apesar de solicitadas. A falta de experiência e a felicidade de terem sido recém admitidas em um emprego público (como foi comentado em um dos grupos) podem ser consideradas razões para a falta de motivação e de conteúdo na discussão sobre estresse ocupacional.

Também participaram profissionais liberais ainda jovens, porém mais experientes, sem cargos de chefia, com menor carga horária e que trabalham em outros locais como dentistas ou enfermeiras e conseguem fazer análises sobre o estresse de uma forma menos contundente. Algumas, ao ouvirem de suas colegas relatos de sofrimento em relação ao estresse, compararam-se e chegaram a concluir que não têm estresse.

Havia em um dos grupos, duas policiais com funções de auxiliar administrativo. São mulheres com mais de 50 anos, do quadro de oficiais auxiliares: oficiais de “tropa” (operacional) que já foram praças e que nesse momento trabalham em funções administrativas nas unidades de saúde. Uma delas entrou na polícia na primeira turma de mulheres admitidas em 1982 e tem quase 30 anos de profissão. A visão dessas mulheres em relação ao estresse no trabalho é peculiar, pois elas conseguem comparar, através da própria experiência, o estresse de quem trabalha na rua (operacionalmente) e em uma unidade de saúde.

Não é isso não, eu já trabalhei em Batalhão. Eu tenho as duas visões. Já passei na corporação pelo estresse lá de fora e o daqui de dentro. O estresse lá fora é mil vezes maior do que o daqui de dentro. Aqui é um paraíso... Fiquei sete anos na tropa tive uma visão muito diferenciada.

Oficial/saúde

Entre as 13 oficiais, apenas duas não trabalham em outros locais. Nesse segmento (oficiais do quadro de saúde) concentraram-se as mulheres que mais declararam ter outro trabalho além do policial.

No grupo de oficiais que trabalham na Unidade Ambulatorial foi onde se encontraram mais mulheres que declararam não ter estresse.

Para mim não. A carga horária é adequada, as condições de trabalho também, prazer de estar em grupo, equipe boa.

Aqui é bem tranquilo realmente, a gente tem tempo para atender o cliente com qualidade.

Oficiais/saúde

Nesse grupo, apesar dos depoimentos acima, apresentou-se uma das profissionais de saúde com o mais extenso e sofrido relato de estresse no trabalho. Ela é uma mulher com mais de 40 anos, exercendo cargo de chefia:

Para mim já é ao contrário, para mim o estresse é imenso: poucas oficiais na parte administrativa e o excesso de setores sob a minha responsabilidade: a enfermagem, o sangue, o convênio, a estatística, material, medicamento, parte de atendimento ao cliente. Isso tudo é, muita coisa, muita coisa ao mesmo tempo. Muitas pessoas para liderar, muitos serviços para serem realizados, muitas obrigações a serem cumpridas. E ainda tinha a parte assistencial, junto aos clientes.

Enquanto quem está todo dia, ali vai se desgastando. O pior pra gente é esse desgaste de todo dia, isso vai te consumindo. Como pessoa também gera doença, gera transtorno psicológico, mal estar na família. De repente por conta desse acúmulo de coisas que vão acontecendo.

Aí infelizmente, se você não tiver muito cuidado, isso começa a se refletir no relacionamento. São as pessoas que estão mais próximas a você e depois no relacionamento no trabalho. Porque você já chega cansada, agitada, estressada e às vezes você se depara com o outro... A grande maioria vem na unidade, faz o seu serviço. Acabou o horário, acabou, desliga, vai embora vai ver outras coisas, mas você não.

Oficial/saúde

Essa mesma profissional enfermeira, quando perguntada sobre prazer no trabalho, teve oportunidade de expressar sua satisfação com a profissão. De acordo com Selye (1975) o estresse também pode ser saudável, sendo o eustresse que explora os sentimentos positivos:

Apesar de tudo, é cansativo, mas eu faço com prazer. Eu acordo de manhã com prazer de acordar e me preparar pra trabalhar. Não é uma coisa de obrigação não. Graças a Deus, desde o primeiro dia, foi por prazer. Claro que tem momentos que a gente fica mais triste, passa por situações não muito agradáveis, isso é norma. Mas pra mim é um prazer enquanto enfermeira, enquanto profissional, enquanto pessoa. E que eu particularmente, me dá muito prazer aqui é essa questão com a clientela, o carinho que a clientela tem com a gente, né? E você se sentir útil, eu acho que o mais importante é isso de poder fazer alguma coisa por alguém...Te conhecem pelo nome! Te conhecem pelo nome, como pessoa, você não é uma coisa você é uma pessoa. Eles vêm isso na gente.

Oficial/saúde

Percebe-se ainda no depoimento acima a importância do reconhecimento de seu trabalho pela sociedade e a dificuldade de se ver enquanto policial, uma vez que ela se coloca como enfermeira, profissional e pessoa, porém não cita sua condição de policial. Essa dificuldade das profissionais de saúde pode ser entendida desde sua entrada para a polícia, pois seu concurso e sua formação ou treinamento são diferentes do que é ministrado aos policiais operacionais, “de tropa”, como chamam. Quando precisam atuar enquanto policiais, ou seja, na atividade-fim da instituição, essas mulheres se sentem inseguras e isso lhes gera dificuldades, medo e insegurança, motivos de estresse.

Como nós vamos nos portar? A gente não tem essa experiência, não sabe às vezes pegar no rádio para pedir socorro! Isso gera um estresse danado. Nessa hora ninguém quer saber se é de saúde.

Oficial/saúde

A psicóloga participante do grupo, também comentou que sua atividade gera estresse. Um dos motivos seria o fato de ter participado da implantação desse serviço, há dez anos, o que no início gerou problemas de aceitação e desconfiança:

Será que ela vai contar o que está acontecendo aqui na consulta, lá para o comandante? Será que ela vai revelar isso pra alguém? Será que é eficaz esse tratamento? Será que resolve? Mas não tem remédio, é só conversa e conversa vai resolver? A gente viveu nesses anos todos, um estresse pela construção do serviço.

Tudo que é novo causa muito estresse. Quem chega agora já encontra um outro cenário totalmente diferente. Sempre as primeiras sofrem mais tudo é novo, você é visto com desconfiança, você não tem ainda em quem se basear, alguém que possa te dar uma ajuda, uma orientação.

Oficial/saúde

Constata-se, pelo depoimento a seguir, que essa psicóloga também teve como resultado o eustresse, o estresse saudável, positivo, que motiva a pessoa a continuar agindo, se qualificando e se aperfeiçoando. Segundo Selye (1975) no **eustresse** o sujeito explora os sentimentos positivos e os ganhos no processo de adaptação a situações que o desafiam. Ela demonstra se orgulhar do serviço implantado, organizado e respeitado, onde ela aprende sempre mais:

Percebo, pra mim também é um prazer muito grande. Logo no início eu fiz uma escolha, não sabia que teria um universo tão rico de trabalho. Me surpreendi depois que eu entrei. Mudei muito como profissional, antes de ter entrado para a corporação e

depois. É um campo para o psicólogo riquíssimo. Tenho 17 anos de formada, quando entrei já tinha uma experiência, uma prática, mas nada comparado com o que eu aprendi atuando dentro da polícia. É um trabalho rico, extremamente prazeroso. Eu acho que a construção desse trabalho, fazer parte desse início... É uma experiência muito enriquecedora. Tem pessoas que já entram de costas no trabalho, entram procurando onde é a saída. Tem pessoas que entram pelo prazer do trabalho, eu acho que no quadro de saúde a gente vê isso com mais facilidade, porque já é profissional.

Oficial/saúde

A mesma profissional colocou como outro motivo de sofrimento e de satisfação, o reflexo do resultado do atendimento aos policiais, tão expostos ao estresse no seu cotidiano. Observa-se, claramente, a diferença entre os tipos de estresse de policiais que atuam na área de saúde e as operacionais: a violência afeta as primeiras indiretamente, como um reflexo, não como um risco de vida.

Acho que a gente tem um estresse também em função das características, das peculiaridades da atividade do policial militar, a gente lida com pessoas que vivenciam, na sua rotina de trabalho, uma atividade que por si só já é estressante. A atividade do policial é considerada uma fonte geradora de estresse e lidar com esse público eu acho que também vai refletir, vai afetar o profissional que está lidando com isso. Nós somos policiais, mas nós somos policiais do quadro de saúde, isso deixa a gente mais a margem dessa violência da rua. O estresse que eu vivo em relação à violência é mais da experimentação da minha prática profissional, porque eu trabalho com policiais, ou com a família do policial. Eu atendo esposa, filho do policial e eles vão trazer essa violência até o atendimento.

Oficial/saúde

Existe ainda entre as profissionais de saúde, a percepção de risco por ter a identidade de policial militar, o medo de ser identificada e sofrer algum tipo de violência por esse motivo:

E, além disso, a gente tem o risco por ter a identidade de policial militar. Se eu for vítima de um assalto ou qualquer outra situação assim, a princípio, o bandido não vai saber fazer essa diferenciação: se eu sou do quadro de saúde ou se eu sou uma profissional combatente. Já aconteceu caso de colegas nossas que foram vítimas de assalto e foram identificadas e sofreram uma violência maior por causa disso.

Oficial/saúde

Foi difícil compor um grupo focal de mulheres **oficiais trabalhando em unidade operacional** porque são poucas e estão dispersas, por isso optou-se por utilizar a técnica de

entrevista em dupla. Apesar de não se formarem grupos, as entrevistas foram muito ricas em conteúdo.

A dupla lotada em área violenta, apesar de estar em uma unidade operacional, trabalha apenas internamente, participando de eventos, esporadicamente. As duas têm função de relações públicas e uma delas acumula uma função de chefia. Elas são mais jovens que as oficiais da saúde. A dupla lotada em local não violento é recém formada e trabalha tanto administrativamente quanto na rua, fazendo a supervisão do trabalho de praças. Entre as quatro, apenas uma relatou que tem outro emprego, além do serviço como policial. Todas concordaram que seu trabalho gera estresse físico e psicológico:

O estresse ocupacional, eu vejo que surgem dois tipos de sintoma: o sintoma físico mesmo do desgaste e o emocional, porque a gente acaba tendo desvio de atenção.

Eu não tenho nenhuma manifestação de cansaço físico, mas o meu cansaço mental me deixa extremamente irritada.

Oficiais operacionais

Entre os sintomas citados pelas oficiais encontram-se: cansaço, muito sono, insônia ou dificuldade para dormir, problema de concentração, gastrite de fundo emocional, problemas na pele: crise alérgica e espinhas; problema de concentração, falha de memória, irritabilidade, impaciência, mau humor, agitação, fadiga, dores de cabeça, estômago, muscular, nas costas, baixa de imunidade, resfriado, depressão, taquicardia. Elas falaram também do reflexo desses sintomas no cotidiano do seu relacionamento familiar:

O estresse não é só profissional, você leva para dentro de casa toda a carga, visto que a gente fica acionada 24 hs e está sempre se disponibilizando muito mais para o ambiente de trabalho do que para o lar.

Oficial/saúde

Uma delas comentou sobre o reflexo negativo do trabalho no seu relacionamento conjugal e sobre como o marido, para ter um pouco de tranquilidade na vida doméstica, aprendeu a intervir:

Eu levo problema daqui para casa, o meu marido às vezes reclama. Toda hora o telefone toca, mas aí ele atende: ele mesmo já tria, ele fala, “não está aqui não”. Com isso as ligações vão diminuindo, ele faz essa triagem perfeitamente.

Oficial/saúde

Ainda sobre as consequências do estresse no relacionamento familiar, as oficiais relataram que para poder descansar e preservar as relações acabam se isolando, pois querem estar mais sozinhas do que habitualmente ficariam.

São as horas que eu prefiro ficar sozinha, prefiro que ninguém venha falar comigo, porque eu já sei exatamente o tipo de reação que eu vou ter. Eu prefiro me isolar para ver se dá uma acalmada...Eu vou chegar à casa, vou dar boa noite, vou deitar. Eles já sabem que aconteceu alguma coisa...No momento que a gente opta por se guardar e ficar mais reclusa, já é um reflexo, porque eu perdi aquela convivência dinâmica que eu tinha.

Oficiais operacionais

As oficiais declararam que seu estresse tem origem, principalmente, na organização corporativa: por causa de relações hierárquicas, pela grande e intensa demanda de trabalho ou por questões inerentes às funções de chefia.

A hierarquia foi um dos fatores mais citados como gerador de estresse no trabalho da policial. Muitas se ressentem de não ter poder de decisão. A queixa se evidencia repetitivamente entre as participantes que dão exemplos de momentos em que tiveram que obedecer a uma ordem mesmo sabendo que não era a melhor solução para o problema a ser enfrentado. Segundo as entrevistadas, nem sempre quem está acima hierarquicamente tem capacitação ou especialização para o cargo, mas tem mais anos na polícia e uma patente superior.

Eu acho que o que mais causa estresse é a questão militar hierárquica. A hierarquia não é feita por capacidade e sim por antiguidade no posto.

Você sabe como resolver, só que você tem que ainda fazer com que as outras pessoas percebam, você tem que explicar, justificar, sensibilizar. Você fica limitado.

Oficiais/saúde

Como isso estressa a gente! A gente ter que obedecer alguém que a gente sabe que não sabe o que está fazendo. Entendeu?

Oficial/operacional

Para as entrevistadas, quem trabalha na área da saúde tem mais dificuldade em se adaptar à questão hierárquica do que quem trabalha na tropa. Argumentaram que os ou as profissionais da tropa ingressam na PM, admitidos ainda muito jovens. E no quadro de saúde, são admitidas pessoas que já vêm com formação universitária, maduras profissionalmente.

É diferente você colocar um recém adolescente para obedecer determinadas ordens, hierarquias e deveres do que você colocar um de 30 anos, que geralmente já tem a sua família, já tem outro trabalho, que já tem a cabeça formada de forma diferente.

Oficial/saúde

Muitas dessas oficiais entendem que o principal fator de estresse relativo ao processo hierárquico são as injustiças que ele pode gerar. Acreditam que não têm como se defender se forem vítimas em uma situação que o ato tenha sido praticado por um superior hierárquico. Mostraram-se sempre preocupadas com a possibilidade de serem punidas, uma vez que se isso ocorrer, pode macular sua conduta moral dentro da instituição e ficar registrado no seu histórico. Nessas situações, segundo afirmam, o conhecimento minucioso do regulamento pode auxiliar a prevenir e a combater injustiças hierárquicas.

Essa questão de prejudicar é uma coisa que a gente vive muito, a gente fica sempre muito estressada, se sentir pressionada sempre, senão eu vou ser punida.

Oficial/operacional

Eu acho que a gente tem medo sim, da perseguição que existe muito aqui dentro.

Oficial/saúde

Relacionada à hierarquia, a ascensão profissional é descrita como estressante. Muitas declararam que “*quem faz política*” ascende mais rápido. Segundo elas, poucas mulheres fazem política, o que é muito mais praticado pelos homens. Minayo, Souza e Constantino (2008) fazem uma reflexão sobre as promoções como um dos princípios básicos de reprodução da hierarquia, muito almejadas, concorridas e que podem ser geradoras de ansiedade e frustrações.

Eles fazem claramente política no pátio.

Oficial/saúde

Tem uma competição muito grande porque é a partir do curso [que fazem ao ingressar] que haverá a nossa classificação para uma futura promoção. O estresse já começa ali, com as nossas notas.

Oficial/saúde

Nos vários estudos sobre policiais constata-se o mal estar tanto pela hierarquia quanto pela competição. A questão hierárquica, sempre tocada por autores como Muniz (1999),

Minayo, Souza e Constantino (2008), constitui ao mesmo tempo uma fortaleza e uma fraqueza da Corporação que espelha seu processo organizativo no do Exército brasileiro. Nesses dois estudos citados, as autoras mostram muito mais os problemas que as vantagens da hierarquia, sobretudo porque tal tipo de organização - que era comum também a toda a organização fabril da Modernidade - tem dado lugar a formas mais flexíveis e horizontais de relações sociais de produção. No discurso das mulheres, uma dificuldade a mais se apresenta: a de se colocar de igual para igual com o homem no processo competitivo e hierárquico.

A grande demanda de trabalho é percebida como um fator gerador de estresse, principalmente pelas mulheres com cargos de chefia. Elas acumulam setores sob sua responsabilidade, têm muitas pessoas para liderar e poucas oficiais na parte administrativa para ajudar e dividir as tarefas. Há também o estresse da rotina diária do trabalho, da falta de infraestrutura, de pessoal e de material.

O acúmulo de funções, com certeza, a gente tem que fazer muita coisa ao mesmo tempo.

Oficial/operacional

Falta de gente para atender e é um corre-corre do caramba! Aqui mesmo os auxiliares de saúde e administrativos são poucos.

Oficial/saúde

A demanda se traduz na grande quantidade de atendimentos, no crescimento constante da população atendida (policiais e seus familiares) e na estagnação do crescimento da estrutura, criando uma defasagem. Mas também, o tempo torna obsoletos os equipamentos:

Isso gera um estresse porque a gente sabe como que se poderia fazer de uma forma melhor, porque a gente faz no nosso consultório. Quantas vezes a gente traz material do consultório para fazer um trabalho melhor aqui dentro.

Oficial/saúde

Algumas brincadeiras, silêncios e dificuldades para iniciar o debate mostraram que as respostas sobre o prazer no trabalho não são instantâneas: foi preciso dar tempo e refletir sobre o tema.

Duas alegrias tem o policial: quando entra que está totalmente iludido e na hora de ir embora que é a maior alegria.

Oficial/saúde

Uma vez iniciada a discussão, mesmo as mulheres com relatos extensos sobre sintomas de estresse declaram seu prazer em trabalhar.

Apesar de tudo, é cansativo, mas eu faço com prazer. Eu acordo de manhã com prazer de acordar e me preparar para trabalhar. Não é uma coisa de obrigação não. Graças a Deus, desde o primeiro dia, foi por prazer.

Oficial/saúde

Dentre as fontes de prazer, o que sobressai é a possibilidade de ajudar as pessoas porque essas mulheres se sentem gratificadas quando vêem a satisfação da população a quem atendem. Esse prazer encontrado no trabalho, as motiva a continuar atuando enquanto policiais e pode ser considerado como resultado de um trabalho árduo, penoso, mas que também gera o eustresse, ou seja, sentimentos positivos e saudáveis.

Ah, é poder ajudar as pessoas. Aqui as pessoas dependem muito da gente.

Oficial/operacional

A satisfação pessoal enquanto profissional também é valorizada, como declara a psicóloga:

É um campo para o psicólogo riquíssimo! É um trabalho rico, extremamente prazeroso.

Oficial/saúde

Eu gosto muito do que faço.

Oficial/operacional

Com certeza outro ponto bastante comemorado pelas Oficiais é, quando conseguem, a integração de suas equipes:

Você vê que você está trabalhando em equipe e isso é bom.
Você vê que não está sozinha que você tem apoio e é reconhecida pelo seu trabalho.

Oficiais/operacionais

Indagadas se o prazer compensa o estresse elas se dividem em suas opiniões. Essa diversidade de respostas é esperada, uma vez que as percepções e níveis de tolerância são diferentes em cada uma, dependendo de sua personalidade e história. Segundo elas, a compensação em relação ao estresse vem da estabilidade no emprego, que é um dos grandes motivos para continuarem trabalhando, apesar das dificuldades.

Mas o que faz mesmo a gente suportar esse nível de estresse, eu creio que é a estabilidade. Não vou falar segurança porque a gente não tem segurança sendo policial militar, claro que não. É estabilidade do emprego.

É até o motivo que faz entrar e continuar, é isso.

É isso que compensa.

Grupo de oficiais operacionais

Sobre as vantagens de ser policial não houve grande desenvolvimento do tema, ao contrário do que aconteceu em relação às dificuldades. As oficiais da saúde identificaram como vantagem, a licença maternidade que tem seus meses estendidos na Corporação.

Eu tenho outro trabalho, com quatro meses eu tive que voltar e fiquei nove meses de licença aqui.

São 6 meses mais 3 de amamentação, são 9 meses.

Oficiais da saúde

Também citaram que podem usar de estratégias como chorar ou dizer que estão no período menstrual para conseguir vantagens, o que pode ser interpretado como estratégias típicas do trabalhador para conseguir um pouco mais de descanso e distância das pressões do trabalho.

As oficiais operacionais identificaram outras vantagens que têm a ver com insinuações sexuais e possíveis flertes que a mulher poderia usar para conseguir benefícios com os homens, mas as reprimiram. A partir dessa interpretação, falaram sobre valores, promiscuidade, caráter, idoneidade, berço, postura, afirmando que se a mulher tiver uma formação moral sólida, não irá utilizar as vantagens que poderia usufruir nas relações afetivo-sexuais. Em geral, as oficiais apresentaram um discurso bastante negativo sobre as atitudes de certas mulheres que se oferecem aos homens, num sentido de cobrança de recato e até de certo puritanismo.

Assim, algumas mulheres se aproveitam das vantagens, do fato [de serem mulheres]. Como em qualquer lugar, não é só aqui na polícia. [Quando] cria-se um vínculo afetivo maior, isso demanda confiança, também proteção.

Oficial/operacional.

A expressão “vantagens pelo fato de ser mulher” foi aludida pelas oficiais operacionais à questão de gênero, o que não apareceu nas falas das profissionais de saúde. Isso parece demonstrar que, como elas mesmas declaram, as que trabalham na área de saúde estão mais protegidas (embora não isentas) da questão do assédio, mais comum entre as operacionais.

Talvez isso ocorra, entre outras coisas, porque as mulheres em trabalhos operacionais estejam sempre em menor número em relação aos homens, o que não ocorre necessariamente no quadro de saúde.

Quanto às relações de gênero, as dificuldades apontadas pelas policiais são muitas e, sem dúvida, as principais são o preconceito, a discriminação e o assédio.

As oficiais que trabalham operacionalmente comentaram que se sentem testadas em várias situações e que permanentemente têm de conquistar seu espaço ou lutar para mantê-lo. Elas sentem necessidade de provar aos homens que também podem ser policiais. Essas situações são explicáveis numa Corporação cujo ethos profissional é integralmente masculino.

Exatamente, é um exercício diário, de vez em quando alguém tenta testar, tenta ver até onde vai o seu limite.

Em minha opinião, as mulheres que são militares e estão sujeitas à competição com homem, crescem muito em termos de autoconhecimento de seus limites porque a gente é testada o tempo todo.

A gente tem que lidar com essa questão da sexualidade [de gênero] o tempo todo mostrando para eles que a gente está do lado deles, não tem diferença.

Ele [o policial masculino] não aparece como a gente aparece, entendeu? Porque são muitos! E a gente tem que fazer esforço para não aparecer mal.

Oficiais/operacionais

Essas profissionais comentaram sobre as dificuldades de quem trabalha em operações nas ruas, principalmente porque em geral as atividades no campo exigem muita força física. Para elas os fuzis são muito pesados e têm dificuldades de segurá-los durante muito tempo. Várias se referiram às condições adversas do trabalho no sol, sem água, com sede, sem local adequado para ir ao banheiro, o que se complica no período menstrual.

Segundo as Oficiais, os dirigentes preferem colocar um homem em função operacional, salvo raras exceções. Porém, as policiais comentaram que isso está mudando, pois agora já existem mulheres no comando. Essa afirmação sobre mudança parece muito simples. Precisa-se de mais tempo e observação de mulheres no comando para se ter uma avaliação mais segura de que significa sua presença na cúpula da Corporação, em relação à própria organização e à situação das companheiras policiais. Por exemplo, ter uma mulher nos graus hierárquicos superiores não significa necessariamente a presença de mais mulheres em funções

operacionais. Segundo Soares e Musumeci (2005), “é quase consensual (com notáveis exceções) a idéia de que as mulheres não devem atuar no enfrentamento direto da criminalidade, em situações envolvendo confronto com bandidos, altos riscos e uso extremo da força” (pg. 76).

Os argumentos para justificar as idéias expostas por Soares e Musumeci vão desde a crença na fragilidade física e psicológica das mulheres até a noção trágica de que a sociedade não está preparada para ver mulheres morrendo. Elas são, dessa forma, ao mesmo tempo protegidas e desqualificadas, uma vez que a atividade fim, ou seja, a atividade considerada verdadeiramente policial é o confronto. Pode parecer apenas um comentário ingênuo, mas seria importante lembrar aqui a missão constitucional da polícia militar que é “proteger os cidadãos e prevenir o crime”:

Compete à Polícia Militar, a polícia ostensiva de prevenção criminal, de segurança, de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais e as atividades relacionadas com a preservação e a restauração da ordem pública, além da garantia do poder de polícia dos Órgãos e entidades públicos, especialmente das áreas fazendárias, sanitária, de proteção ambiental, de uso e ocupação do solo e de patrimônio cultural (CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, art. 142, parágrafo I, 1988).

Portanto, quem melhor do que a mulher poderia contribuir para o cumprimento dessa missão, uma vez que ela tradicionalmente tem sido formada para o papel de cuidadora e não para as atividades de confronto?

O fardamento também foi citado como um dos fatores que provocam desconforto e como estressante, uma vez que é elaborado e confeccionado para o corpo de um homem, sem nenhuma concessão para a situação das mulheres, sendo usado por ambos.

O fardamento para a gente é difícil, o nosso corpo não é igual ao de um homem. Aqui a gente acaba fazendo uma adequação na calça, na blusa.

Oficial/saúde

Uma Oficial operacional, muito jovem, fez reflexões fortes sobre o preconceito. Ela tem um cargo de chefia, é uma mulher bonita, reservada e feliz com sua função. Para ela, a Polícia Militar é uma instituição extremamente masculina, não foi criada e nem está preparada para integrar a mulher. As policiais entraram em um ambiente que não era delas e nunca se buscou adequá-lo, mesmo porque elas parecem um apêndice na instituição, composta por 95% de

homens e apenas 5% de mulheres. “*Os homens não querem igualdade absoluta, às vezes nem mesmo as mulheres querem*”, disse essa policial. Segundo ela, embora não se possa comparar o vigor físico ou a capacidade e limite físico de um homem com os de uma mulher, é apenas essa a diferença:

Acho que vai passando o tempo e a gente vai mostrando o que tem que ser mostrado. As coisas se equilibram. Hoje eu não posso absolutamente falar nada, eu tenho a confiança extrema do meu comando, eu me vejo participante, ele sempre reconheceu a importância que eu tenho, não como chefe de seção, mas como um elemento que forma opinião aqui dentro, que apresenta idéias. Essa questão de ter respeito pela minha posição, de ser lembrada por isso, de ter me estabelecido, de ter voz ativa nos processos decisórios, isso para mim me equipara em termos de trabalho. Eu me coloco em um ambiente que me trata como profissional. Tira essa questão de ser mulher, ser policial feminina, me trata como policial, me coloca como oficial, me insere no contexto.

Oficial/operacional

Entre as Oficiais do quadro de saúde, uma policial da primeira turma de enfermeiras relatou a discriminação sofrida desde o início, pelo fato de ser mulher e enfermeira. Apesar de terem nível superior, como os médicos, dentistas e veterinários, essas mulheres ingressaram na Corporação na categoria de 2º tenente, sendo que esses outros profissionais iniciaram já numa patente superior: a de primeiro tenente.

A gente sentia essa diferença, A sensação que dava é que a gente entrou como segundo [tenente], para ficar abaixo mesmo.

Oficial/saúde

Entre as oficiais, o assédio não aparece diretamente como causador de estresse, mas como uma dificuldade pelo fato de elas serem mulheres. Essas profissionais concordam que no quadro da área de saúde existe menos assédio, sendo mais presente entre as profissionais operacionais.

Eu acho que a mulher é vista como um objeto fácil dentro da Corporação.

Oficial/saúde

As entrevistadas assinalaram que o assédio pode acontecer em qualquer local de trabalho, porém o agravante na polícia é que a Corporação tem um ambiente predominantemente masculino e é dominado por forte hierarquia. Para se protegerem, elas

preferem fingir que não entendem o assédio, pois é a maneira mais prática de evitarem constrangimentos e até mesmo punições, como transferências de local de trabalho.

Quando eu era capitão eu ouvia um major falando gracinha. Eu ouvi o diretor falar que eu poderia sair nas revistas: não tinha o calendário dos bombeiros fortes? Eu ouvi dizer que eu podia sair, porque eu era capitão e ele coronel, eu fingi que não entendi, ri e saí de perto.

Oficial/saúde

Algumas mulheres acreditam que para evitar o assédio, basta adotar uma postura de introspecção e de imposição de limites. Esse discurso parece ocultar a crítica moral a determinados comportamentos de colegas mulheres.

Então a gente tem que entender que, naturalmente, tem gente que vai se aproveitar. E aí entra a questão de valores e caráter. Para eles também, que não é só para a gente. Porque se tem quem se ofereça é porque tem quem dê margem pra esse tipo de situação, é uma via de mão dupla. E aí a coisa acontece.

Oficial operacional

É questão de postura! Eu tenho uma postura muito afastada. Eu não dou abertura pra todo mundo.

Oficial operacional

As Oficiais concordam que o trabalho operacional e o de saúde são muito distintos e dentro de cada função, as tarefas e as atividades também diferem. Existem seções administrativas com trabalhos muito difíceis, especializados e detalhados e trabalhos operacionais menos cansativos e perigosos, em que a policial faz seu plantão de seis horas e vai para casa, tranquila. Porém, normalmente na rua, atuando diretamente com a população, há o risco de vida, há o medo dos delinquentes, há o tempo excessivo em posições desconfortantes. E isso agrava o sofrimento.

São estresses diferentes, como a major falou, ela tem uma vida estressante, mas são estresses administrativos, na rua tem diferença da violência.

Oficial/saúde

Eu já trabalhei em Batalhão. Eu tenho as duas visões. Já passei na corporação pelo estresse lá de fora e o daqui de dentro. O estresse lá fora é mil vezes maior do que o daqui de dentro. Aqui é um paraíso.

Oficial/saúde

Existem ainda características de infraestrutura no trabalho operacional que causam maior cansaço e desgaste físico.

Aqui dentro você trabalha sentado, aqui não tem ar, mas tem ventilador, você trabalha com mais conforto. Lá fora a gente trabalha com colete, armado, é cansativo, está no tempo [ao ar livre]. Está correndo risco.

Oficial/operacional

Em relação às estratégias para amenizar ou prevenir as consequências do estresse, o exercício físico foi o mais citado e valorizado como eficiente pelas oficiais que consideram importante mantê-lo regularmente.

Academia, que eu acho que é a melhor coisa que existe para esse tipo de estresse, para quem gosta.

Oficial/saúde

Foi lembrada a importância do lazer, da convivência com a família, de viajar, de dançar, de dormir, de ouvir música e até de cozinhar. A atividade religiosa também foi citada como eficaz, enquanto suporte da vida e para “se manter com a cabeça boa” e saudável.

Eu acho que a estratégia é sair daqui e fazer algo que você gosta, se você gosta de ler, se gosta de cozinhar, de ter um tempo para você fazer o que gosta.

Oficial/saúde

Uma das Oficiais do quadro de saúde comentou que apesar de se exercitar regularmente, há alguns meses essa estratégia não está sendo suficiente para lidar com seu estresse, então passou a usar medicamentos:

Para controlar a questão externa, que eu sei que incomoda as outras pessoas, eu tomo a medicação para tentar pelo menos ficar, por dentro, mais tranquila e poder não ficar mais doente, porque doente eu já sou.

Oficial/saúde

6.3. Visão das Policiais Praças sobre o Estresse Laboral

Os dois grupos realizados com **mulheres praças que trabalham em unidades de saúde** mostraram uma diversidade de funções e de desvio de funções. Participaram duas técnicas de enfermagem experientes, com mais de 10 anos na polícia; uma auxiliar odontológica feliz com seu trabalho e com sua chefia imediata; uma técnica em massoterapia exercendo função de fisioterapeuta, muito alegre e falante; duas técnicas de enfermagem desviadas de função, trabalhando com controle de material e secretaria e três profissionais do quadro de combatentes (QPMP), realizando trabalhos administrativos.

Entre as três combatentes duas eram das primeiras turmas de mulheres policiais já tendo 26 anos de trabalho. Já atuaram na rua em atividades ostensivas, mas por pouco tempo. Essas duas profissionais têm muitas críticas sobre o trabalho feminino na polícia e enriqueceram muito o debate com sua experiência. A terceira profissional combatente, apesar de ter apenas um ano e meio na polícia, também é uma pessoa observadora e crítica, já trabalhou em uma UPP e contribuiu muito nas discussões no grupo.

Em um dos grupos, duas mulheres disseram que são esposas de policiais oficiais e elas comentaram que por esse motivo, de alguma forma se sentem mais protegidas ou menos expostas dentro da Corporação.

Com as praças que trabalham operacionalmente foram realizados dois grupos e ouvidas 16 mulheres. Em ambas sessões, os grupos transcorreram em clima de descontração, com muitas brincadeiras, bom humor, cooperação e boa comunicação entre elas. Apesar de estarem em unidades operacionais, apenas quatro dessas jovens trabalham no policiamento ostensivo, duas no policiamento de instituições e dez mulheres fazem atividades administrativas e internas. A maioria delas, no entanto, já trabalhou nas ruas. Mas com a idade, surgem doenças e elas ficam parcialmente incapacitadas para o trabalho operacional, agravo que é classificado na polícia como IFP (incapacidade física parcial). Também nesse grupo percebe-se mais estresse entre as praças mais idosas e com mais experiência, reforçando a idéia de “estresse cumulativo” já conhecido como um dos sintomas comuns ligados ao trabalho da polícia, conforme o clássico trabalho de Gershon *et al* (2002) segundo os quais o estresse surge, sobretudo, na metade da carreira policial, o que também foi comprovado pelos trabalhos de Minayo, Souza e Constantino (2008) e Minayo *et al* (2011). Muitas respostas psicológicas

mostradas nas investigações sobre estresse ocupacional realçam o papel negativo da insatisfação, da ansiedade e da depressão (Paschoal & Tamayo, 2004; Tamayo *et al*, 2002).

Entre as praças que atuam na área da saúde, duas mulheres disseram que não sofrem de estresse e estão muito felizes com seu trabalho. Esses depoimentos causaram certo estranhamento dentro do grupo que fez brincadeiras a respeito. Ao que parece, é mais comum entre elas, ouvir queixas do que negação do estresse.

Entre as praças lotadas em unidades operacionais, nenhuma se declarou sem estresse no trabalho, tanto as que atuam na rua, quanto nas funções administrativas.

O meu estresse aumentou, aqui é um lugar de estresse, de ansiedade total.

Praça/operacional

Em relação as consequências do estresse negativo, as praças da saúde relataram sentimentos de ansiedade e compulsões como comer muito, ter atitudes repetitivas, tomar muito café.

No grupo das praças operacionais, os relatos sobre sintomas e consequências do estresse foram muito maiores, mais detalhados e graves. O problema mais grave e mais citado é a pressão alta:

Estou com a pressão alta: 22/15, 20/15. O médico me falou que é estresse. Dei entrada no hospital com 16/10, eu não tinha enfartado, tudo isso [foi provocado pelo] estresse.

Grupo de praças/operacionais

Entre os outros sintomas mencionados, destacam-se os psicossomáticos como enxaqueca, queda de cabelo, problemas na pele (psoríase, herpes) e menstruação desregulada:

Eu adquiri uma enxaqueca depois que entrei para a polícia, viu?

Já tive queda de cabelo, ficou um buraco no meu cabelo, fui ao dermatologista, fiz vários exames, ele falou que era estresse.

Eu tenho herpes, quando eu estou muito estressada. Meu estresse é assim: a imunidade cai.

Grupo de praças/operacionais

Ao falarem sobre insônia, muitas se lembram da época em que trabalhavam em escalas de 12 por 24hs e de 12 por 48hs e de como esse tipo de regime desregula o sono, o peso e gera

estresse. Disseram que trabalhavam à noite e se esqueciam de descansar de dia, pois emendavam a jornada com as tarefas do lar e os cuidados com a família. Nesse grupo foi também muito comentado que o estresse do trabalho que realizam gera certos vícios como automedicação, tomar café a toda hora, comer muito e até o uso excessivo de bebida.

As praças relataram ainda as dificuldades que enfrentam para cuidar da própria saúde. Disseram que se adaptam e suportam os sintomas de cansaço para não precisarem faltar ao trabalho ou retirar uma licença médica, pois sabem que serão discriminadas ou prejudicadas em sua avaliação, caso se afastem.

Às vezes você também não vai ao médico para não ouvir piadinha, não tem nem o direito de ficar doente.

Você começa a aprender a ser cuidador ao invés de ser cuidado.

Praças/operacionais

Nos grupos focais tanto as praças que atuam na área de saúde quanto as que trabalham em atividades operacionais, citam a preocupação de suas famílias com a segurança delas enquanto policiais, como mais um fator gerador de estresse:

Eu acho que o estresse é também para a nossa família. Porque a minha mãe, por exemplo, ela vive isso, ela vive esperando a hora de receber uma notícia, acho que [isso acontece com] a família de todas nós.

Praça/operacional

Essas mulheres também referiram não conseguir se desligar dos pensamentos em relação aos problemas que têm de enfrentar no serviço, o que afeta os relacionamentos e influi sobre eles:

É a falta de paciência, não conseguir dar atenção à família, aos filhos e ter que optar pelo isolamento.

Por que até eu chegar em casa, eu ainda estou pensando no que eu fiz, se deu tempo de fazer tudo, o que falta ainda para o próximo plantão. Eu às vezes não me aproximo de ninguém, eu não consigo.

Grupo de Praças/saude

Em todos os grupos, as mulheres policiais relatam a influência negativa do estresse ocupacional em sua vida familiar. Para elas, a grande demanda de trabalho faz com que levem

“para dentro de casa os problemas do serviço”. Quem é chefe pode ser contatada a qualquer hora e por isso, também nos momentos de descanso, sente-se ligada ao trabalho. Essas mulheres se queixam de não conseguirem desligar os pensamentos das tarefas pendentes, o que afeta diretamente seu relacionamento com a família e filhos, pois às vezes, não conseguem lhes dar a atenção devida e da qual reclamam, o que gera sentimentos de culpa e de ansiedade. Muitas referem que ao chegar em casa, em alguns períodos de maior tensão no trabalho, sentem-se sem energia para as trocas familiares, preferem dormir e ficar sozinhas. Isolam-se como uma estratégia para se acalmar e não descontar na família os problemas da Corporação, mas ressaltam que perdem muito em termos afetivos, com esse isolamento.

No relacionamento conjugal as oficiais preferem, na medida do possível, não conversar sobre o trabalho, pois percebem que isso gera nelas mais ansiedade e ciúmes nos parceiros, pois trabalham em ambiente predominantemente masculino. Muitas relatam a insatisfação dos maridos com sua rotina de serviço e com a interferência no ambiente familiar. Percebem que sua profissão influencia também no comportamento e forma de educar os filhos, pois eles não podem se envolver com nada ou com ninguém mesmo que hipoteticamente suspeito. Algumas mulheres com trabalhos de grande responsabilidade comentaram que precisam de um ambiente propício à reflexão, o que não encontram na Corporação. Por isso além dos problemas, levam trabalho para ser realizado em casa, o que percebem como uma decisão ruim para a família, mas necessária, em alguns momentos específicos.

Essas mulheres, principalmente as casadas, se preocupam muito com a segurança da família, principalmente com a dos filhos que estão mais expostos e podem ser alvo de bandidos, por conta de elas serem policiais. Inversamente, sentem a preocupação da família com elas próprias. Seus parentes também vivem em tensão, preocupados com a segurança delas, perguntando-se sempre onde elas estão atuando e *“esperando a hora de receber uma notícia ruim”*.

Para vários estudiosos do estresse o suporte e o apoio social são fatores importantes para a superação e enfrentamento de situações difíceis. Na literatura internacional Juniper *et al* (2010), apontam a interface entre o trabalho e a casa como uma das mais importantes, pois pode afetar positiva ou adversamente o bem estar no trabalho do policial. O mesmo Paschoal e Tamayo (2005) mostram, dizendo como tais aspectos influenciam o estresse ocupacional. A

família é o suporte social mais forte e importante para as mulheres policiais e elas tentam e buscam preservá-la.

A maioria das mulheres praças que trabalham em atividades operacionais comentou que não têm ajuda nas tarefas domésticas. Daí ter que se preocupar com suas responsabilidades de esposas e mães, pois lhes cabem os cuidados com a casa e com os filhos, quando são casadas. Pelos motivos da dupla jornada, essas mulheres se compararam com os homens policiais que podem chegar à casa e descansar.

Quando eu chego em casa, vem tudo em cima de mim.
Eu sou muito controlada na rua, não deixo passar nada de problema meu na rua, nada, nenhum! Chego lá faço o que tem que ser feito, mas também em casa [eu desabo]!

Praça/operacional

As questões de organização do trabalho, principalmente a hierarquia também foram citadas pelas praças como um dos principais fatores geradores de estresse. Elas comentaram fortemente o fato de terem que obedecer às ordens que lhes são dadas, mesmo sabendo que, o que terão que fazer, não seja a melhor opção. Para elas, alguns chefes estão nessa posição não porque têm formação ou mérito, mas porque são oficiais e devem mandar. E, em sua condição de praças, devem atender as ordens que lhes causam ansiedade, estresse e até medo, pela possibilidade de punição e de sofrerem injustiças, caso se recusem.

Às vezes ele nem sabe como a seção funciona, chegou ali de pára-quadras, mas vai mandar.

Praça/saúde

O que eu acho de estresse na polícia? O que demanda mais na polícia é a hierarquia, por que? Nós somos praças e a polícia foi feita para oficial, no meu ponto de vista.

Praça/operacional

O regime militar nos traz muito estresse. Por causa da cobrança, o senso de responsabilidade é maior. Eu acho, me parece que a gente vive um pouco sob pressão. Qualquer coisa é punição, se tiver uma coisa errada é cadeia.

Praça/saúde

Em [todo lugar existe chefia]. Em outro lugar vai ter o superintendente, o gerente. Só que no militarismo o que pega é a questão da punição.

Praça/saúde

A relação hierárquica na Polícia Militar quando não é bem conduzida e por ser sempre uma relação vertical pode gerar humilhação e, em alguns casos, muitas tensões. As praças

comentaram muito sobre a indiferença ou o tratamento grosseiro demonstrado por oficiais mais graduados como coronéis, por exemplo. Em geral, elas se sentem separadas, apartadas.

Eu estava fardada e ele não. Eu toquei no ombro dele e pedi licença: dá licença senhor? Ele me olhou de cima em baixo e perguntou quem era eu para tocar nele, um absurdo!

Praça/saúde

Como se fossem só eles em um grupo isolado, só eles mandam e desmandam.

Praça/saúde

Essas vaidades estressam muito seja aqui dentro seja ali na rua.

Praça/operacional

A alimentação também foi citada como geradora de muito estresse entre as praças tanto operacionais quanto da saúde. No entanto, mais uma vez, é ao sistema hierárquico que se referem. O “rancho” foi bastante citado pelas praças por causa da má qualidade da comida e do tratamento diferenciado entre elas e os/as oficiais, o que interpretam como discriminação e humilhação. A qualidade das refeições servidas aos oficiais é superior. E, segundo relataram, só as praças descontariam uma parcela de seu parco salário para a alimentação. Os oficiais não sofreriam descontos.

O oficial não desconta vale rancho, etapa de rancho.

A gente paga e eles comem.

A gente convida o oficial para almoçar.

Grupo de Praças/operacional

Os oficiais não pagam a comida e comem melhor. Nós pagamos, e muitas vezes não comemos, porque a comida não agrada e temos que comer na rua.

Praça/saúde

Tem estresse porque você acha que isso é humilhante. Qualquer ser humano vai achar isso humilhante, o que estressa é isso [referindo-se ao sistema hierárquico também na alimentação].

Praça/operacional

São três tipos de refeição: tomate [na comida] dos cabos e soldados. Sargento tem legumes. E oficiais tem tudo e mais alguma coisa. A gente passa e vê três refeitórios diferentes e isso realmente me chateia.

Praça/saúde

Também entre as praças, o processo de ascensão profissional foi descrito como motivo de muita insatisfação e estresse. Na literatura internacional recente sobre o trabalho policial,

Juniper *et al* (2010) avaliam que os processos de promoção afetam adversamente o bem estar desse grupo de profissionais, homens ou mulheres. Elas se sentem prejudicadas, pois, conforme disseram, o critério de antiguidade pode ser substituído pelo de “*afinidade*”. Ou seja, quem está mais próximo ou tem mais afinidade com alguns superiores tem chances de receber benefícios mais rapidamente, como ficar nos melhores postos ou ascender profissionalmente.

Atualmente o critério é afinidade, quanto mais afinidade você tem com quem tem poder, melhor você vai se dar.

Praça/operacional

Assim aí eu ralei pra caramba, quando eu cheguei a ter um pouquinho mais de antiguidade: ‘não, agora você vai continuar ralando porque você não tem afinidade’ acabou, entendeu?

Praça/operacional

Fora do trabalho, um dos problemas que essas mulheres enfrentam e é gerador de ansiedade, medo e estresse – e é assim com qualquer policial – é o fato de terem que portar a carteira de identificação policial, podendo, portanto, serem facilmente reconhecidas por criminosos, como comentaram e é exemplo a fala de uma delas:

Você fica nessa situação: você tem que andar com a sua carteira porque é obrigada pelo regulamento, mas você fica com medo. Se você anda com a carteira tem que andar armada.

Praça/operacional

A sobrecarga de trabalho foi citada como causadora de estresse, principalmente entre as praças da saúde. Existe muita demanda, principalmente na unidade hospitalar, assim como cobranças dos usuários e das chefias imediatas. As falas foram recorrentes nesse sentido:

O meu estresse já é também causado pela quantidade de serviço que você tem a fazer.

É muita coisa para fazer em um dia só e sobrecarrega a pessoa.

Praças/saúde

Junto à sobrecarga de trabalho, foram relatadas as dificuldades em relação à infraestrutura como falta de material para trabalhar e precariedade das condições físicas para execução das atividades. Mas também foram mencionadas a falta de pessoal e a carência de formação profissional. Entre os problemas relacionados à infraestrutura, as policiais operacionais relataram as dificuldades das que trabalham nas ruas para irem ao banheiro. Elas ficam sem um local adequado para fazer as necessidades fisiológicas, pois para as mulheres é

mais difícil conseguir um “local alternativo”, principalmente nos períodos menstruais. Assim, se habitua a não beber água para não ter vontade de urinar e acabam prejudicando sua própria saúde, às vezes até com problemas renais.

Eu já fiquei mais de 12 horas sem ir ao banheiro. Isso é comum.

Praça/operacional

Eu acho que a nossa classe é uma das piores. Se eu não buscar o conhecimento, a reciclagem através dos livros, das apostilas [fico sempre com o que eu sabia]. Atualmente a instituição não oferece nada. Aí está todo mundo gordo, hipertenso, não sei o que, ninguém atira. Por quê?

Praça/saúde

Foram citadas várias questões relativas a algumas diferenças salariais como fatores causadores de estresse. Nos grupos foi dito que existem mulheres trabalhando como oficiais e recebendo como praças. E que, as parcialmente incapacitadas para o trabalho (IFP), não ganham determinados benefícios, mesmo trabalhando tanto ou mais que os outros. Comentaram também as grandes diferenças salariais entre as polícias militares nos Estados, sendo o Rio de Janeiro um dos que pior remunera sua Corporação. Essas diferenças são consideradas injustas por essas mulheres.

O salário da gente que é muito ruim. Isso é um estresse muito grande, porque quem não trabalha fora [passa necessidade, o salário] não dá.

Praça/saúde

Outra coisa que causa estresse é se você está doente você não ganhar 350 reais. Se for IFP não ganha também.

Praça/operacional

As escalas extras também são muito temidas e foram mencionadas pela ansiedade que geram. Elas acontecem em períodos de eleições, carnaval, grandes eventos e significam mais trabalho e menos tempo de descanso e lazer com a família.

Um grande motivo de cansaço para as praças é o deslocamento de casa para o trabalho. Elas avaliam que é uma característica das chefias não lotarem os policiais em locais próximos de sua residência. Esse fato pode ser encarado como uma medida de proteção, pois elas ficam

menos expostas trabalhando longe do local onde residem ou como uma medida de punição, como elas interpretam:

Eles te colocam no lugar mais longe da sua casa: eu moro em Niterói e trabalho aqui, tem gente que mora no Rio e trabalha em Niterói: eles adoram fazer isso!

Praça/saúde

A discriminação pelo fato de serem mulheres também foi um ponto muito citado como fator gerador de estresse. Quando mencionado, o preconceito de gênero veio junto com as dificuldades que sentem com o sistema hierárquico. Ou seja, as praças disseram que se sentem avaliadas pela patente e pelo sexo. Percebem que os/as oficiais as tratam de forma distinta na distribuição das tarefas, ou seja, há coisas para mulheres fazerem e existe pouca confiança em relação à sua capacidade:

Tem a discriminação seletiva, todo mundo é policial militar, todo mundo é assexuado. Então você é soldado ou é cabo ou é sargento, só que quando precisam é assim: Oh FEM!¹ A gente não tem nome: ou você não tem sexo ou você é FEM. Aquilo ali já gera uma certa tensão quando você escuta: Oh FEM! Do tipo: vai varrer, passar, costurar!

Esse preconceito de trabalhar com mulher ou com homem é colocado mesmo em ocasiões que não carecem de condicionamento físico.

Nem te conhecem e já te julgam. Te julgam pela tua patente e pelo sexo, só por isso, ele não sabe como você trabalha.

Grupo de praças/operacionais

Também o assédio sexual aparece no debate em grupo como um fator estressante, entre as praças. Para elas a dificuldade é ter que construir estratégias e formas de escapar da abordagem assediante. O par assédio/hierarquia causa estresse particularmente nessa Corporação que tem regulamentos rígidos e punições:

A questão sexual também aqui dentro é muito forte. Às vezes você está num cargo bom, ou numa função boa, numa escala boa. Talvez as pessoas não pensem que foi mérito seu.

Praça/operacional

“Você está ali por que? Ih, o chefe está comendo! É assim que eles falam, ou o cara cisma com você, até ele conseguir te pegar.

Praça/operacional

1 “FEM” é como são chamadas, de forma pejorativa, as policiais femininas na PMERJ.

As estratégias usadas para evitar maiores constrangimentos são a negação e a fuga. Mas na verdade se pode observar que ao assédio sexual se junta o assédio moral que causa também ansiedade e sofrimento.

Ah, já aconteceu, mas eu fingi que não ouvi e fui embora. Mas é chato porque eu deixava de fazer certas coisas no lugar que eu sabia que ele estava, entendeu? Para evitar que ele me visse.

Praça/saúde

Quanto ao prazer no trabalho, os depoimentos foram muito parecidos entre oficiais e praças. Muitas brincadeiras sobre o tema do prazer apontam para as dificuldades em sua identificação imediata:

Tem que pensar um pouquinho!

Praça/operacional

A hora de ir embora? As férias? A folga?

Praças/saúde

Também em comum com o grupo das oficiais, as praças mencionam enquanto fonte de prazer no trabalho, o fato de ajudarem as pessoas e receberem agradecimentos carinhosos:

Quando a gente consegue ajudar alguém.

Praça/saúde

A gente que está na rua, a gente tem essa resposta positiva melhor, porque a gente tem [que ajudar] muita criança, idosos.

Praça/operacional

Outro aspecto também comum entre todas, sobretudo entre as que atuam em atividades operacionais é a cumplicidade e companheirismo que existe entres elas.

A gente não guarda segredo de nada, a gente divide muito, porque eu acho que tudo que a gente passa, todo mundo passa.

Praça/operacional

Mesmo as que se dizem mais estressadas, citam como fonte de prazer o fato de serem reconhecidas como essenciais ao serviço e o orgulho de terem realizado o sonho de ser policial militar, o que pode ser retratado na fala dessa praça:

Meu Deus, eu realizei o meu sonho, eu estou aqui, meu olho enche de água! Apesar das dificuldades e do estresse que o trabalho ocasiona, ainda é gratificante para mim, estar aqui.

Praça/operacional

Perguntadas se o prazer de participar da Corporação compensa o estresse, as opiniões das mulheres divergem, algumas consideram que se o trabalho é de risco e estressante e as pessoas permanecem é porque há algo que compensa. Outras consideraram que muitas vezes as pessoas continuam por necessidade, mas adoecem. Assim como no grupo de oficiais, o grupo das praças afirmou que a estabilidade no emprego é a maior compensação que têm por um trabalho tão penoso, de risco e tão estressante.

Porque quando você está insatisfeito, você vai procurar outra coisa. Apesar de todo o estresse, quem permanece é porque gosta.

Acho que não [compensa] por essa razão: o estresse leva a falta de saúde.

Grupo de praças/operacionais

Eu acho que a satisfação é mais assim em relação à segurança e à estabilidade, porque o trabalho propriamente dito é muito complicado, mas se você parar para pensar: desemprego, como é que está a sociedade aí fora, dificuldade de todos, você tem uma coisa um pouquinho melhorada. Não tanto quanto merecíamos.

Realmente tem esse consolo.

Sem contar também que se você adoecer, você vai entrar de licença e quando voltar independente do tempo que ficar, você vai ter o teu serviço ali te aguardando.

Grupo de praças operacionais

As policiais mais experientes, sem constrangimento, assumiram frente às colegas que estão cansadas com o trabalho e almejam um tempo diferente que virá com sua aposentadoria. Isso dito a seguir da tentativa de falar do prazer com a profissão mostra mais uma vez a penosidade da atividade que provoca um estresse cumulativo tanto pelo exercício das atividades, como pelos problemas organizacionais, o que se soma às condições adversas nas relações de gênero.

Ah, eu estou meio na contramão, eu queria mesmo era ficar em casa.
 Eu estou contando os meus dias para a aposentadoria.
 Eu também estou riscando os pauzinhos.

Grupo de praças/operacionais

Indagadas se existe alguma vantagem para a mulher em ser policial dentro de uma Corporação eminentemente masculina tanto em número, quanto em suas práticas, representações e símbolos, houve certa dificuldade das praças de identificar quaisquer pontos positivos. Uma delas chegou a perguntar à entrevistadora, o que as mulheres dos outros grupos haviam citado como vantagens, pois ela não conseguia perceber nenhuma. Mas, tanto as policiais que atuam na área de saúde como as operacionais foram unânimes em mencionar o tempo estendido para licença maternidade como um privilégio, assim como a segurança no emprego.

Licença maternidade, a gente fica quase que um ano em casa. São seis meses, mais três para aleitamento.

Praça/saúde

A partir dessa questão elas comentaram a contradição em que vivem, entre quererem ser tratadas como iguais e também quererem ser tratadas como diferentes, dependendo do momento. Essa é uma contradição em termos, pois o fato de uma mulher ser policial não a exime das contingências biológicas e mesmo culturais que a acompanham e a integram. A contradição também expressa a sua própria inserção de gênero.

É porque a gente não gosta de ser discriminada: Ah, porque é FEM. Mas na hora do serviço a gente não quer o serviço igual, entendeu?

Praça/saúde

Mas eu não quero pegar peso mesmo não, quero dar uma de mulherzinha mesmo. Lá eu não pego peso não.

Praça/saúde

No entanto, as praças relataram que, apesar do forte machismo inerente à cultura organizacional, em algumas situações elas se sentem protegidas por serem mulheres. Essa proteção pode poupá-las de serviços mais pesados e desagradáveis. Há um lado negativo, pois pode também restringir seu acesso a novos trabalhos e experiências profissionais.

Soares e Musumeci (2005) analisaram as contradições que existem nos comportamentos e práticas das policiais militares, mostrando que essas mulheres precisam garantir condições estruturais para viver suas especificidades, mas, ao mesmo tempo têm de se afirmar como iguais. Querem, por justiça, ter direito e acesso aos mesmos benefícios, mas também assegurar que suas particularidades, enquanto mulheres sejam respeitadas.

Também na Polícia Militar acontece com as mulheres o mesmo que em outras profissões. Tanto as praças como as oficiais se sentem testadas em várias situações e mencionaram a necessidade de provar sua força e competência e, assim, se impor aos policiais homens, o que é bastante difícil e desafiante, pois, elas entendem que mesmo se esforçando muito e tentando provar sua capacidade, por vezes não alcançam o reconhecimento de seus colegas e superiores homens. Porém, avaliam que externamente é muito diferente, a população gosta, confia e reconhece o trabalho da policial feminina.

Você está se esforçando, está dando tudo de si, aí a pessoa fala: para mim lugar de FEM é na vassoura, na beira do fogão, no rancho. E você está lá se matando prendendo bandido, se estapeando, tentando impor o que você está ali para fazer. E aqui dentro, não tem o reconhecimento. Mas lá na rua, as pessoas reconhecem o que você faz! A sociedade reconhece, puxa parabéns! aqui dentro isso é estressante.

Praça/operacional

Mas sempre parece que eles têm mais razão ou fazem melhor! A gente tem que estar sempre fazendo mais para chegar perto deles. A gente tem que ter voz e se impor.

Praça/operacional

Os “masculinos”, como algumas chamam os colegas homens, acham que a policial é mais frágil e por isso não sabe nada sobre as leis, regulamentos e dessa forma poderia atrapalhá-los. Elas relatam que alguns colegas de trabalho e comandantes são explícitos e não têm pudor em dizer que não querem, ou não gostam de trabalhar com “FEM”. FEM, segundo elas, é uma maneira pejorativa de se dirigir à policial feminina. Elas também comentaram que os homens têm discursos preconceituosos e até mesmo agressivos contra elas:

Os homens acham que a gente nunca pode fazer o serviço deles. A gente tem provado o contrário a eles.

Eu sempre trabalhei na rua, agora que estou interna. Em Copacabana eu subia o morro, na Rocinha, na Providência. Mas o homem sempre acha que a mulher não é capaz de subir o morro, de trocar tiro. Ele acha que a mulher vai se acovardar, vai chorar, vai pedir “mamãe!” na hora em que houver um confronto. Sempre [eles têm] esse olhar de que nós somos mais frágeis.

Grupo de Praças/operacionais

Eles dizem: eu heim! Eu vou ter que cuidar do bandido e da mulher, pois ao invés dela dar tiro vai ficar passando batom.

[Ou então eles dizem]: se depender de mim vai morrer lá, não quero nem saber.

Grupo de praças operacionais

A questão da diferença em relação à força do homem e da mulher, também citada como uma dificuldade, não deveria levar a uma desigualdade de direitos ou de oportunidades. A rotina de trabalho da mulher deveria ser diferente, pois o porte físico é impedimento para empunhar durante muito tempo um armamento extremamente pesado, por exemplo. Dessa forma, preferencialmente escaladas para os trabalhos administrativos, as policiais ficam destreinadas para o manuseio das armas e perdem a dinâmica do trabalho ostensivo. No entanto, não existe preocupação na Corporação com a adequação dos uniformes e instrumentos de trabalho a suas necessidades. Esse ponto foi observado como uma queixa também, por parte das policiais militares de Minas Gerais (Minayo *et al*, 2011). É interessante ressaltar a frase filosófica de uma praça:

Na realidade você tem que tratar os desiguais, na medida suficiente para trazer uma igualdade.

Praça/saúde

Entre as praças que trabalham na área da saúde, essa discriminação se traduz numa certa falta de identidade e de auto-reconhecimento enquanto policiais.

Eu acho que eles querem se colocar sempre à frente da mulher. Se você chega com uma opinião e se você quer ocupar espaço, você esbarra em determinadas barreiras: pô! Mas fulano vai conduzir melhor! Mas por quê? Só porque ele é homem?

Há uma grande discriminação em relação a ser uma policial que trabalha no hospital: Ah, mas você trabalha dentro do hospital! Como se fosse uma polícia dentro da outra polícia.

Grupo de praça/saúde

Nesse contexto, uma das praças mais antigas, com quase 27 anos de polícia, fez uma reflexão sobre a falta de diretriz específica do comando da Polícia Militar para seu efetivo feminino. Segundo ela, a instituição não se preparou para receber as mulheres. Cada vez mais, mulheres são aprovadas no concurso público e não se pode impedir o seu acesso, até mesmo por motivos constitucionais.

Mas dentro da instituição a aplicação do efetivo feminino ainda não encontrou certa adequação. Nós não temos essa aplicação específica: se vai trabalhar em tal função você tem que ter a estrutura suficiente para que você possa desenvolver aquela função em grau de igualdade. Entendeu o que eu quis dizer? E isso não acontece, aliás não estão nem preocupados aí com isso. Aqueles que estão no topo, os oficiais, não estão preocupados com a demanda do efetivo feminino que está abaixo deles.

Praça/saúde

Soares e Musumeci (2005) fazem uma longa análise sobre a falta de política de aproveitamento do efetivo feminino, o que gera dificuldade de construção da sua identidade enquanto policial militar. Inicialmente as mulheres da polícia militar do Rio de Janeiro concentraram suas atividades em aeroportos, rodoviárias e no policiamento de trânsito, atividade avaliada positivamente pela sociedade, segundo as autoras. Depois elas foram dispersas pelos batalhões e outras unidades e se ressentem, pois entendem que poderiam ser empregadas em funções específicas que trouxesse maior retorno para a sociedade. Segundo a pesquisa, a sociedade acredita que as mulheres da polícia poderiam ter um papel transformador considerável, não apenas funcionarem como enfeites para uma “humanização de fachada”, mas contribuir para o aumento da eficácia, da legalidade e da qualidade ética do trabalho policial. As autoras sugerem o aproveitamento das mulheres policiais no campo da violência de gênero, já que a PM não tem ainda uma política institucional nesta área. Elas poderiam ser sensibilizadas e treinadas para atuarem na prevenção e no encaminhamento adequado de conflitos desse tipo.

Apesar de saberem que são trabalhos muito diferentes, as praças concordaram que as atividades operacionais são mais estressantes do que as da área da saúde. Na rua existe o medo, a tensão, o sono, o risco, e excessivo tempo passado na atividade em posição e condições desfavoráveis. Deram como exemplo o trabalho de uma oficial no comando de uma UPP:

Agora as meninas que estão tirando serviço aqui nas UPP, elas estão subindo e realmente é mais complicado. Lá são mais homens. Uma mulher, ela é superior, mas eles viram e falam: a gente vai aqui. Ela tem quase que gritar e dizer, não vai não! Imagina, é difícil para ela manter a voz ativa dela, como mulher, como oficial, como superior.

Praça/saúde

É muito diversificado, não tem como a gente mensurar.

Tem operacional na rua que é uma beleza todo mundo quer, tem o administrativo maravilhoso e o administrativo ruim! Tipo assim, é horrroso, tem um monte de papel para resolver, ninguém quer, ninguém quer segurar essa bomba, bota a FEM. Então tem administrativo aqui que é ruim e tem operacional que é bom, que é tranqüilão!

Praça/operacional

As praças também comentaram sobre as características pessoais que definem quem gosta ou não de cada serviço, quem se adapta melhor a uma determinada função e dessa forma quem se sente mais à vontade em certa atividade. É claro que esse tipo de gosto não é privilégio das mulheres, mas o que a literatura sobre recursos humanos mostra é que toda pessoa, num lugar mais adequado a seu perfil pessoal se sente mais valorizada, é mais criativa, rende mais e trabalha com maior grau de satisfação.

Eu acho que o trabalho dela na P4 (administrativo/logística) é superestressante, pior, muito mais do que o meu.

Praça/operacional

Eu me estresso muito mais na P1 (administrativo/pessoal) do que quando trabalhava na área escolar [operacional], só que o trabalho administrativo é um trabalho que eu aprendi a gostar. É muito mais estressante, mas eu gosto, não me causa um estresse que eu fique pensando nisso o tempo todo. Eu me adaptei.

Praça/administrativo/operacional

No grupo da unidade ambulatorial, houve um consenso de que o profissional de saúde trabalha com mais tranquilidade que o operacional e que seria um motivo enorme de estresse elas serem deslocadas para o trabalho nas ruas. Elas também compararam o trabalho de saúde em unidade hospitalar e ambulatorial e concluíram que a unidade ambulatorial é muito mais tranquila e menos exigente.

Estar na rua, fardada, um alvo móvel, já é um gerador de estresse. Você bota aquela roupa!

Ah! vou botar vocês, pessoal de saúde, para a rua, todo mundo vai gritar. Pura tensão!

Praça/saúde

As praças ressaltaram que para elas é muito importante “extravasar”, ou seja, colocar para fora os problemas e o estresse do dia a dia, de forma que não se transformem em sintomas e prejudiquem sua saúde.

Porque alguma coisa a gente tem que extravasar porque se não extravasar é aquilo que eu tive: todos os sintomas de infarto, meu cabelo caiu, meu herpes começa a estourar, dá dor de cabeça e enxaqueca.

Praça/operacional.

Assim como as oficiais, entre as praças a atividade física foi eleita a estratégia mais utilizada ou a que se encontra no planejamento de uma vida mais saudável e com menos dificuldades emocionais e estresse.

O que se recomenda, ainda mais numa profissão dessa, é você, saindo do serviço, caminhar e se divertir no final de semana.

Praça/saúde

A terapia (psicológica) também foi citada como uma alternativa positiva, mas que demanda investimento financeiro e elas disseram que não podem arcar com um tratamento por muito tempo. Mesmo assim, duas delas já estiveram em terapia. Algumas citaram também o consumo e os passeios aos shoppings como formas de aliviar as tensões.

Gente, comprar, ir a shopping é alguma coisa que realmente alivia. Nem que seja pra dar umas voltas, olhar vitrine, comer alguma coisa e voltar.

Praça/saúde

Sair com os amigos, não falar sobre a polícia em casa, viajar, brincar com os filhos e ter uma atividade religiosa também foram lembradas como estratégias positivas. Uma das praças operacionais declarou que usa medicação para alívio emocional e duas delas disseram que consomem bebidas alcoólicas para lidar com o estresse quando outras estratégias não se mostram suficientes.

Eu, quando estou muito estressada, tomo minha cerveja.

Praça/operacional

Quando eu não quero praticar esportes, eu bebo, quando eu estou muito a fim, quando eu vou e faço esporte e não dá, não descarregou, ih! eu bebo, bebo mesmo. Até esquecer.

Praça/operacional

6.4. Diferenciações: oficiais *versus* praças e atividades operacionais *versus* atuação nas instituições de saúde da polícia.

Como demonstra Lipp (2009), não há dúvidas que existe uma **diferença significativa da vivência do estresse entre os gêneros**, pois as mulheres são mais afetadas que os homens. Costa *et al* (2007) e Souza *et al* (2007) também mencionam especificamente que as mulheres policiais são mais atingidas pelo estresse que os policiais homens. Oliveira e Badargi (2009) ressaltam que as mulheres policiais apresentam maior severidade nos sintomas.

Outra diferença entre as mulheres policiais e os homens policiais se mostra em relação às tarefas domésticas. Esse tema não é um assunto tocado nas pesquisas pelos homens, porém entre as mulheres são preocupações constantes. A maioria delas, principalmente as praças não têm ajuda nas tarefas domésticas, poucas referem apoio dos filhos, dos companheiros ou de uma profissional (Souza *et al*, 2007; Minayo *et al* 2008; Lipp, 2009). Por isso, as responsabilidades de esposas e mães pesam-lhes muito mais, num mundo em que a ideologia feminista ainda não se concretiza em ações práticas no cotidiano da maioria das famílias.

Segundo Kergoat (2000) a divisão sexual do trabalho tem por característica a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva (trabalho remunerado) e das mulheres à esfera reprodutiva (cuidados com a família e a casa). Assim, aos homens cabem as funções de forte valor social agregado como as que se referem à política, à religião e às instâncias militares. O fortalecimento do trabalho feminino vem provocando mudanças culturais, o que Giffin (1993) denomina de transição de gênero, relacionada ao desenvolvimento da sociedade industrial. No entanto, mesmo trabalhando na esfera produtiva, assumindo funções importantes e de prestígio, a mulher ainda se ocupa muito mais do que os homens do universo da casa.

Constata-se que entre as mulheres policiais não se fala no famoso “bico”, comum entre os homens (Minayo, Souza e Constantino, 2008). A maioria (60%) não tem outro trabalho remunerado além da polícia. E as que o possuem, não desenvolvem atividades da mesma natureza e que envolvam riscos. As mulheres que atuam na área da saúde são as que mais relatam duplo vínculo como enfermeiras, psicólogas, médicas e fisioterapeutas. As poucas do quadro administrativo e operacional que disseram exercer outra atividade trabalham no comércio e na organização de eventos. Isso diminui sua possibilidade de acumular estresse, em comparação com os homens que, geralmente, atuam no setor de segurança.

Ponto importante a ser ressaltado é que as policiais entrevistadas, em seu conjunto, percebem seu trabalho como sendo reconhecido socialmente. Elas não se queixam da distorção de sua imagem, como relataram os homens policiais em estudos de Minayo, Souza e Constantino (2008). Consideram, ao contrário, ser mais difícil o relacionamento com o público interno (colegas e chefes) do que com o externo (população). Mostra-se aqui uma diferenciação de gênero positiva para as mulheres, pois a sociedade as vê como mais receptivas, honestas e acolhedoras que os homens.

Nesta pesquisa, as respostas **sobre as diferenças entre o estresse produzido no trabalho das mulheres praças e das oficiais**, ficaram divididas. Algumas oficiais acreditam que seu trabalho é mais estressante, pois sua carga horária é muito maior que a das praças. Elas consideram que têm mais responsabilidades, que precisam dar ordens, decidir e arcar com as conseqüências de suas decisões. Muitas vezes contam com um quadro de servidores reduzido e acumulam muitas funções.

Eu acho muito mais fácil obedecer ordens do que mandar, porque o peso de mandar, o peso daquela decisão [é difícil]!

Oficial/operacional

As praças têm escalas extras à época de eleições ou grandes eventos. Muitas comentam que se desacostumaram do trabalho operacional e de como manusear uma arma. Elas também têm menos acesso à direção, ao comando, têm mais dificuldades que as oficiais para se expressarem e reivindicar direitos. Estão mais sujeitas às ordens, regulamentos, punições e sentem muito mais medo. Igualmente, estão também mais expostas ao assédio, pois atuam num nível mais baixo da hierarquia.

Ah é, com certeza [a situação delas] é muito pior. Porque a gente ainda consegue uma flexibilidade, a gente tem mais acesso à direção.

Oficial/saúde

Quando a patente é menor você ouve muita gracinha. E conforme a minha patente foi crescendo esse tipo de piadinha, brincadeirinha parou.

Oficial/saúde

Para elas, as oficiais estão numa posição e numa situação muito melhor que as delas. É sobre as praças que recaem mais cobranças:

O estresse da oficial feminino é diferente das praças porque elas estão numa esfera, digamos assim, eles estão no limbo. E nós somos pobres mortais, passando por todas as dificuldades, as intempéries.

Quando ele [o oficial que comanda] chega já está com tudo pronto para ele. Quem vai preparar e quem bota a arma na praça é o praça.

Praças/saúde

Nós somos cobradas pelo chefe do chefe e pelo chefe. O chefe ele é cobrado só pelo chefe dele, nós temos vários graus de chefia, nós somos cobradas desde 01 ao 10.

Praça/operacional

Junipper *et al* (2010) mostram que oficiais tem menos sensação de bem estar em comparação com os colegas de profissão. Minayo *et al* (2008) e Minayo *et al* (2011) também encontraram maior número de oficiais com sofrimento psíquico e com sintomas psicossomáticos. Para essas autoras, a hipótese é de que no círculo dos oficiais existem policiais com mais idade e com maiores níveis de responsabilidade, o que leva a um tipo de estresse cumulativo, tal como descrito também por Gershon *et al* (2002).

A preocupação em responder com eficiência a todas as solicitações termina por gerar estresse para as chefias. Nesse sentido, frequentemente, os oficiais associam o trabalho ao adoecimento físico e ao sofrimento psíquico por causa dos desafios, dos conflitos e das mudanças que uma atividade dessa natureza exige (MINAYO *et al*, 2011, pg. 73).

Já para Luz (2011) a maior proporção de mulheres com alto desgaste no trabalho está entre as praças, tanto pelo trabalho em piores condições, quanto pela insatisfação por ganharem menos e por serem submetidas a uma elevada pressão hierárquica por parte de seus superiores.

Minayo *et al* (2008) apontam dois tipos diferentes de fatores estressores entre oficiais e não-oficiais, independente do gênero. Os oficiais teriam um estresse continuado devido à cobrança da Secretaria de Segurança e da mídia, enquanto os não-oficiais apresentariam, em sua maioria, o estresse pós-traumático como resultado das operações nas ruas, sobretudo no caso dos operacionais.

Em relação ao trabalho operacional e ao de saúde, as participantes dos grupos concordam que eles são muito distintos e que as mais pesadas são as atividades operacionais. Ninguém pode negar, que normalmente nas ruas, atuando diretamente com a população, há

risco de vida, cansaço pelo peso do uniforme e das armas e o medo de ser atingida, e isso agrava o sofrimento. No entanto, existem seções administrativas ou de saúde com atividades muito complexas e trabalhos operacionais menos cansativos e perigosos. De qualquer forma, todas concordam que suas características pessoais definem a adaptação ou não à função que recebem. Como se observa no quadro 04, a seguir, as mulheres, oficiais ou praças, lotadas em batalhões operacionais relatam sintomas mais graves de estresse.

Pesquisa de Luz (2011), não encontrou diferenças significativas quando testadas pela escala resumida de estresse ocupacional, porém mostrou que as unidades de saúde e administrativas possuem maior proporção de policiais com alto desgaste do que as unidades operacionais, embora sua hipótese fosse ao contrário, já que a princípio, as atividades operacionais poderiam expor as mulheres a um risco maior no trabalho nas ruas. Oliveira e Badargi (2010) encontraram mais policiais com estresse no policiamento ostensivo do que em funções administrativas. Ou seja, os resultados das pesquisas são inconclusivos.

Embora a maioria das policiais participantes desta pesquisa utilize o termo “estresse” dentro dos parâmetros do senso comum, elas descrevem vários sintomas a ele atribuídos (Quadro 04) que se mostram em concordância com os citados pela literatura. Alguns autores (Costa *et al*, 2007; Minayo, Souza e Constantino, 2008; Oliveira e Badargi, 2009; Minayo *et al*, 2011) afirmam que os sintomas psicológicos são mais identificados entre os policiais militares do que os físicos, o que também se evidenciou nessa pesquisa.

QUADRO 04: Sintomas percebidos pelas mulheres policiais militares do RJ, participantes dos grupos focais desta pesquisa em 2011 e sintomas de estresse citados pela literatura.

PATENTE	SINTOMAS DE ESTRESSE PERCEBIDOS PELAS PMS	SINTOMAS DE ESTRESSE CITADOS PELA LITERATURA Lipp (1994) e Minayo <i>et al</i> (2011)
OFICIAIS OPERACIONAIS	Gastrite emocional, cansaço físico e mental, dificuldade para dormir, muito sono, problemas de pele (crise alérgica e espinhas), problema de concentração, falha de memória, irritabilidade, impaciência.	Tensão muscular; dores de cabeça; dores de estômago ou gastrite; hipertensão; herpes; taquicardia; problemas dermatológicos; aftas, retração das gengivas; resfriados; tonturas; infecções; aumento da sudorese, tensão muscular, aperto da mandíbula, ranger de dentes, hiperatividade, náuseas, mãos e pés frios. Queda de produtividade; confusão mental; apatia; dificuldade de concentração; sensação de desgaste ao acordar; auto-estima baixa; dificuldade de memória; depressão e irritabilidade acima do justificável, ansiedade, tensão, angústia, insônia, alienação, dificuldade de relaxar, ira e hipersensibilidade emotiva.
OFICIAIS SAÚDE	Insônia, dor de cabeça, dor de estômago, dor muscular, dor nas costas, baixa de imunidade, resfriado, mau humor, agitação, depressão, irritabilidade, fadiga, impaciência, taquicardia	
PRAÇAS OPERACIONAIS	Hipertensão, crise de ansiedade, taquicardia, dor de cabeça/enxaqueca, queda de cabelo, problemas na pele (psoríase, herpes), menstruação desregulada e inchaço no corpo.	
PRAÇAS SAÚDE	Sentimentos de ansiedade e compulsões como comer muito, ter atitudes repetitivas, tomar muito café, necessidade de isolamento em casa.	

Nas **unidades de saúde**, tanto entre as oficiais quanto entre as praças, encontram-se, em **maiores proporções, as mulheres que se percebem e se declaram sem estresse**. Também existe entre essas profissionais uma característica bastante comum que é a dificuldade de se perceberem enquanto policiais, principalmente entre as que trabalham em serviços internos, técnicos e de saúde. Talvez essa característica de pertencerem à Corporação, mas serem preservadas do confronto cotidiano das ruas do Rio de Janeiro amenize seu estresse. Porém, quem tem cargo de chefia, mesmo estando em unidade de saúde tem uma grande carga de trabalho e se mostra mais estressada. A articulação de maior estresse com funções de comando foi observada nos estudos de Minayo, Souza, Constantino (2008), em recente estudo da polícia de Minas Gerais por Minayo *et al* (2011) e em trabalhos internacionais como o de

Brown *et al* (1996). Em contrapartida, nas unidades operacionais, nenhuma policial declarou-se sem estresse negativo, seja no trabalho ostensivo, seja no administrativo.

Sobre o que é mais estressante na organização do trabalho, sobressaem algumas questões: problemas com a hierarquia que afeta a autonomia das oficiais e provoca humilhações nos escalões mais baixos; a sobrecarga de trabalho sem condições adequadas; o preconceito de gênero e o assédio sexual e moral.

A questão da hierarquia sobressai, sem sombra de dúvida, tanto em praças, quanto em oficiais, em policiais do quadro de saúde ou de unidades operacionais, o que corrobora resultados referentes às questões organizacionais dentro da polícia de outras pesquisas nacionais e internacionais (Brown *et al*, 1996; Muniz, 1999; Minayo, Souza e Constantino, 2008; Silva e Vieira, 2008; Juniper *et al*, 2010; Anchieta *et al*, 2011). Receber ordens de quem não está qualificado, não ter autonomia no trabalho, sentir medo das punições e das tensões geradas pelas regras não muito claras e objetivas para ascensão profissional são características relacionadas à carreira, que aparecem em todos os grupos como fatores geradores de estresse. Um ponto a ser ressaltado é que entre as oficiais a falta de autonomia incomoda mais do que entre as praças. As oficiais têm maior poder de decisão e por esse motivo, as restrições de seu posto as afetam mais intensamente.

Especificamente no grupo das praças, as humilhações são citadas como fator de estresse, destacando-se, como relevante para elas, as diferenças em relação às refeições servidas para praças e para oficiais e os problemas de relacionamento. Tudo isso é interpretado como manifestação de indiferença ou tratamento grosseiro da Corporação a suas servidoras.

As entrevistadas da área de saúde consideram que para elas é mais difícil se adaptar à hierarquia militar. Argumentam que, em geral, os/as policiais ingressam muito jovens na Corporação. Mas os da área de saúde (homens e mulheres) são admitidos depois da formação universitária, são mais maduros profissionalmente, têm valores civis e, por isso, são mais resistentes às regras militares.

Além da hierarquia, outro fator foi citado em todos os grupos como gerador de estresse no trabalho: a grande demanda de trabalho e a falta de infraestrutura adequada, o que também aparece em outros estudos (Coleta e Coleta, 2008; Minayo, Souza e Constantino, 2008; Anchieta *et al*, 2011; Juniper *et al*, 2010; Arial *et al*, 2010.). Tanto praças, quanto oficiais,

policiais da saúde ou operacionais acumulam funções, responsabilidades, têm muitas pessoas para atender, para liderar, e lhes faltam condições, equipamentos e material adequados. A percepção de estresse se agrava quando as mulheres assumem cargos de chefia. Por sua vez, as praças apontam algumas diferenças salariais, escalas extras e grandes deslocamentos de casa para o trabalho como problemas que lhes provocam insatisfação e estresse.

As manifestações de discriminação e preconceito de gênero e o assédio sexual são citados entre os maiores causadores de estresse para as praças. Entre as oficiais essa questão aparece fortemente quando são perguntadas sobre as dificuldades que enfrentam pelo fato de serem mulheres. Estudos internacionais (Parker e Griffin, 2002; Haas *et al*, 2009) investigaram as conseqüências do assedio sexual entre policiais e também indicaram efeitos negativos na saúde física e mental das mulheres.

Tanto oficiais quanto praças sentem-se avaliadas não só pela patente, mas também pelo sexo. Percebem diferenças na distribuição das atividades entre homens e mulheres. Tarefas como passar, costurar, fazer café, entre outras, ligadas aos cuidados e culturalmente destinadas às mulheres, são reservadas a elas. Percebem ainda grande desconfiança por parte dos homens em relação à sua capacidade. Sentem-se testadas, têm necessidade de provar sua capacidade e estar sempre conquistando seu espaço ou lutando para mantê-lo. Segundo elas, o comando prefere colocar homens em funções operacionais e de confronto. Citam como dificuldades enfrentadas pela mulher que trabalha na rua, a questão da falta de força física, o fato de trabalharem nas intempéries e a ausência de locais adequados para satisfazerem suas necessidades fisiológicas, principalmente nos períodos menstruais. Outra dificuldade mencionada por todas é o fato do fardamento ser pensado e confeccionado para os homens.

Apesar do estresse, existem prazeres no trabalho da mulher policial e esses estão basicamente ligados ao sentimento de prestar serviço à população: ajudar as pessoas e receber o reconhecimento de quem atende, seja no trabalho da rua com os cidadãos ou no hospital e no ambulatório com os próprios colegas e seus familiares. As praças, especificamente, também falaram de seu prazer no relacionamento interpessoal com colegas de trabalho. Mesmo as mulheres que se reconhecem muito estressadas relataram satisfação com sua profissão.

Não existem muitas vantagens em ser uma mulher policial, segundo as entrevistadas. Esse tema foi de difícil desenvolvimento em todos os grupos indistintamente. O privilégio mais

citado foi o de terem licença-maternidade diferenciada na Polícia Militar, o que lhes permite até nove meses fora do serviço, ao qual podem retornar, depois desse tempo, sem problemas.

O exercício físico foi citado em todos os grupos como uma eficaz estratégia para amenizar ou prevenir as consequências do estresse. Sabe-se (Monteiro *et al*, 1998) que a condição de sedentarismo afeta boa parte dos integrantes da Polícia Militar, assim como da população em geral, porém nessa profissão, a manutenção de exercícios regulares tem importância crucial para a qualidade do atendimento à população e para a saúde física e mental dos profissionais. Segundo os autores, as causas do sedentarismo são, principalmente, a falta de consciência da importância dos exercícios físicos na promoção da saúde e a falta de estímulo e planejamento mais eficiente por parte dos dirigentes da polícia.

As policiais também lembraram em relação às estratégias de prevenção e enfrentamento ao estresse, a importância da convivência familiar, com amigos e várias formas de lazer como viajar, dançar, dormir, ouvir música, comer e até frequentar shoppings e consumir. Em todos os grupos, as policiais também citaram a atividade religiosa como importante suporte e prevenção ao estresse.

Também foram mencionados hábitos não tão saudáveis como consumir remédios e bebidas alcoólicas. Esse problema entre policiais é referido em vários outros trabalhos (Bourguignon, 1998; Gershon *et al*, 2002; Minayo, Souza e Constantino, 2008; Silva e Viera, 2008). Para Minayo *et al*, 2008, “o consumo de tranquilizantes para aliviar a ansiedade é a principal forma de ingestão de droga entre os dois grupos [oficiais e praças]” (pág. 234).

7. CONCLUSÕES

O presente estudo teve seus objetivos alcançados uma vez que conseguiu investigar qualitativamente como as mulheres policiais compreendem e interpretam a questão do estresse ocupacional e suas consequências na vida laboral e familiar. Em grupos focais, essas profissionais colocaram suas percepção sobre as diferenças de gênero nos relacionamentos e na organização do trabalho e também falaram do estresse ocupacional, a partir de distintos cargos (praças e oficiais) e setor de lotação (operacional e quadro de saúde). Elas estabeleceram relação entre estresse ocupacional e problemas de saúde e identificaram as estratégias de prevenção por elas utilizadas. Dos aspectos estudados, a localização geográfica da unidade onde trabalham (área muito violenta e área pouco violenta) não mostrou diferenças significativas que possam ser apontadas, uma vez que a maioria das mulheres atua em funções internas.

Uma das mais importantes constatações é que a Corporação, apesar dos 30 anos da presença feminina, ainda não tem uma perspectiva de gênero e de acolhimento real das diferenças. Por exemplo, todas as denominações são masculinas: soldado fulana, cabo sicrana, e assim por diante. É claro que olhar a Corporação sob a perspectiva de gênero não significa eliminar as diferenças entre homens e mulheres e sim, as desigualdades que advêm daí.

A discriminação de gênero está presente em muitos depoimentos e na maioria das vezes, não é naturalizada pelas mulheres, ou seja, elas percebem as desigualdades como injustas e que precisam ser superadas e não como um fato normal e habitual da cultura. Isso pode ser visto de forma positiva, uma vez que gera desconforto. É preciso que os questionamentos levem a mudanças. Infelizmente, até hoje, elas que são minoria, não conseguiram se organizar para coletivamente buscar mais igualdade e justiça. Como a maioria das mulheres está em funções internas, administrativas e de saúde seu estresse tem origem basicamente na questão gerencial e organizacional. É importante uma reflexão da Corporação nesse sentido, na medida em que está aumentando o percentual de mulheres no total do efetivo e nos escalões superiores. Se essa presença maior nos postos de mando se refletirá em mais igualdade e, ao mesmo tempo, em mais respeito às diferenças, é uma questão a ser estudada.

Nessa pesquisa, as policiais mostraram que entre outros estressores, o fato de ser mulher é um detonador. O grande número de sintomas de estresse percebido e as influências no relacionamento familiar indicam a necessidade de se aprofundarem estudos sobre o tema e de

se utilizar tais conhecimentos para gerar efeitos práticos. Essa foi a única cobrança feita por algumas mulheres durante o trabalho de campo: a divulgação dos resultados e a possível implantação de ações preventivas e de enfrentamento do problema.

Durante todo o processo da pesquisa algumas questões ficaram mais evidentes. Embora não haja dúvidas de que as policiais relacionam o estresse a seu cotidiano laboral e percebem a influência dele em sua saúde, elas também se orgulham de seu trabalho, seja atuando no setor saúde ou nas áreas operacionais. Suas queixas se orientam a conseguir melhorias do ambiente de trabalho e da qualidade dos serviços prestados à população. Uma vez que fazem o que gostam, mostram-se esperançosas em relação às mudanças gerenciais positivas.

O tema do estresse mostrou-se familiar às policiais, como se já houvessem discutido ou pensado sobre ele. Em alguns casos, elas chegam a diferenciar os sintomas físicos e os psicológicos e o assunto parece estar na “ponta da língua”, em razão do sofrimento que gera. A discussão proporcionada pela pesquisa teve grande aceitação. As mulheres consideraram os grupos focais realizados como um momento único de encontro entre elas, promovendo uma identidade de experiências e emoções. Comentaram que lhes faltam espaços institucionais para discutirem seus problemas, darem opiniões, desabafarem, compartilharem experiências e sofrimentos. Parece que a carência de momentos de discussão é comum com outras Corporações, pois em Minas Gerais, as mulheres policiais também queixaram-se da falta de espaços para livre expressão de suas necessidades (MINAYO *et al*, 2011).

Os relatos de sofrimento com o estresse ocupacional aparecem mais fortemente entre as oficiais, com cargos de chefia ou funções gerenciais, tanto no caso das que trabalham operacionalmente quanto nas do quadro de saúde. Essas mulheres têm relatos mais detalhados sobre fontes estressoras, sintomas e influência dos problemas que vivenciam sobre suas famílias. Quanto às diferenciações entre o estresse vivenciado nas atividades operacionais e na área de saúde, as policiais percebem que as duas funções apresentam fatores estressores. Mesmo assim, elas concordam que as atividades operacionais exigem mais e oferecem maiores riscos, gerando medo, tensão, excessivo cansaço e demasiado tempo passado na atividade em posição e condições desfavoráveis.

Pelo exposto também é importante ressaltar que existe necessidade de investimento em ações preventivas que possam diminuir as conseqüências do estresse dentro da força policial do Rio de Janeiro, mais especificamente, entre as mulheres. Esta dissertação como outros estudos,

contribuem para o diagnóstico, que precisa ser seguido por mudanças organizacionais e gerenciais sob a perspectiva de gênero. A busca por tratamento psicológico individual e especializado é importante se o estresse estiver em fase avançada e se houver uma demanda espontânea, ou seja, o desejo de se tratar. Nos outros casos a facilitação de espaços de discussão em grupos sobre o tema pode ser muito mais eficaz, contanto que se encaminhe para soluções plausíveis e não seja apenas um local de desabafo.

Para a Corporação ficam recomendações no sentido da implantação de programas com metodologia participativa, que possam viabilizar a troca de informações sobre o estresse, os fatores estressores, sintomas, estratégias de prevenção e enfrentamento. Esses programas devem ser participativos desde seu planejamento, possibilitando às mulheres serem ouvidas sobre os temas que gostariam de discutir e como acham que devem ser encaminhadas as decisões. Tais programas poderiam ser criados a partir das diretorias de saúde, do serviço social ou da área de psicologia, mas é indicado que sejam pensados de forma interdisciplinar.

No sentido de valorizar a voz das policiais que participaram deste estudo, citam-se vários assuntos propostos por elas: saúde, qualidade de vida, prevenção de estresse, relações de gênero, tolerância, discriminação, direitos humanos, movimentos sociais, mediação de conflitos, métodos gerenciais, trabalho em equipe, políticas públicas de segurança, comunicação interpessoal, além de outros menos nomeados. Essa é uma sugestão inicial que pode parecer simples, mas geralmente se mostra eficaz. Há outras idéias importantes como: incentivo a exercícios físicos, à prática de esportes, ao investimento em ioga e outras modalidades de relaxamento e meditação e investimento na qualidade da alimentação e consultas médicas regulares e preventivas.

Pretende-se divulgar os resultados dessa pesquisa entre o comando da PMERJ e as policiais participantes dos grupos focais, no intuito de contribuir para mudanças e para a segurança pessoal dessas profissionais que cuidam da nossa segurança. Conclui-se com uma importante frase de Souza e Minayo (2005):

O conceito de segurança pessoal é importante para se pensar e analisar os policiais como trabalhadores, pois, cuidando da segurança coletiva são também sujeitos de direito, servidores públicos protegidos pela Constituição que lhes assegura integridade física, e mental, no desempenho de suas atividades (pg. 919).

REFERÊNCIAS

- ALDÉ, L. *Ossos do ofício: processo de trabalho e saúde sob a ótica dos funcionários do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro*. 2003. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.
- ANCHIETA, V. C. C. Et al. Trabalho e riscos de adoecimento: um estudo entre policiais civis. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 27, n. 2, p. 199-208, abr./jun. 2001.
- ARANDA, B. C. Et al. Social Support, Burnout Syndrome and Occupational Exhaustion among Mexican Traffic Police Agents. *The Spanish Journal of Psychology*, North America, 2009.
- ARENDT, H. *A Condição Humana*. 10. ed. São Paulo: Editora Forense-Universitária, 2007.
- ARIAL, M. Et al. Association of work related chronic stressors and psychiatric symptoms in a Swiss sample of police officers; a cross sectional questionnaire study. *Int Arch Occup Environ Health*, Switzerland, v. 83, n. 3, p. 323-31, 2010.
- BESSE, S. K. Redefinição do trabalho das mulheres. In: BESSE, S. K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 143-181.
- BOURGUIGNON, D. R. Et al. Análise das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores da polícia civil no Espírito Santo. *Rev. bras. saúde ocup.*, v. 24, n. 91/92, p. 95-113, jun. 1998. tab, graf.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Perfil das instituições estaduais de segurança pública: relatório descritivo*. Brasília, 2010.
- BROOKS, L. W.; PIQUERO, N. L. Police stress: does department size matter? *Policing*, v. 21, p. 600-617, 1998.
- BROWN, J.; COOPER, C.; KIRKCALDY, B. Occupational stress among senior police officers. *Br J Psychol*; Reino Unido, v. 87, Pt. 1, p. 31-41, feb. 1996.
- BRUSCHINI, C. Et al. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, A. (Org.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 15-33.
- CALAZANS, M. E. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. *Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 1, mar. 2004.
- CAVANAUGH, M. A. Et al. An empirical examination of self-reported work stress among U.S. managers. *Journal of Applied Psychology*, v. 85, p. 65-74, 2000.

- COLETA, A. S. M. D.; COLETA, M. F. D. Fatores de estresse ocupacional e coping entre policiais civis. *Psico-USF*, Itatiba, v. 13, n. 1, 2008.
- CONCEIÇÃO, A. C. *Análise da morbimortalidade de mulheres policiais militares da cidade do Rio de Janeiro*. 2010. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e da Mulher) – Instituto Fernandes Filgueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.
- CONSTANTINO, P. *Riscos vividos e percebidos pelos policiais civis de Campos dos Goytacazes*. 2006. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.
- COOPER, C. L.; CARTWRIGHT, S. Organizational management of stress and destructive emotions at work. In: PAYNE, R.L; COOPER, C. L (Orgs.). *Emotions at work: theory, research and applications for management*. Chichester: John Wiley & Sons, 2001. p. 269-280.
- COOPER, C. ; DEWE, P. H. J; O'DRISCOLL, M. P. *Organizational stress: a review and critique of theory, research and applications*. Londres: Sage, 2001.
- COOPER, C.; SLOAN, S.; WILLIAMS, S. *Occupational stress indicator management guide*. Londres: Thorbay, 1988.
- COSTA, M. Et al. Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. *Rev Panam Salud Publica*, v. 21, n. 4, p. 217–222, 2007.
- DEJOURS, C. *A Loucura do Trabalho*. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.
- DUDEK, B.; MERECZ, D.; MAKOWSKA, Z. Sense of personal control and the level of occupational stress and related effects. *Med Pr*; v. 52, n. 6, p. 451-7, 2001.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- GERSHON, R. R. M.; LIN, S.; XIANBIN, M. H. S. Work stress in aging police officers. *Jornal of Occupational & Environment Medicine*, v. 44, p. 160-167, 2002.
- GIFFIN, K. *Transição de gênero: a condição feminina na sociedade atual*. In: CONFERÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Rio de Janeiro: Organização Mundial de Saúde, 1993.
- HAAS, S.; TIMMERMAN, G.; HOING, M. Sexual harassment and health among male and female police officers. *J Occup Health Psychol*, v. 14, n. 4, p. 390-401, oct. 2009.
- HARPOLD, J. A.; FEEMSTER, S. L. Negative Influences of Police Stress. *FBI Law Enforcement Bulletin*, v. 1, p. 1-6.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução de Fátima Murad. *Cadernos de pesquisa*, v. 37, n.132, p.595-609, set./dez., 2007.
- JUNIPER, B.; BRANCO, N.; BELLAMY, P. A new approach to evaluating the well-being of police. *Occup Med (Lond)*, v. 60, n. 7, p. 560-5, oct. 2010.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Trad. Miriam Nobre. In: HIRATA, (Org.). *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: Ed. Presses Universitaires de France, 2000.

LIPP, M. E. N. O modelo quadrifásico do stress. In: LIPP, M. E. N. (Org.). *Mecanismos neuropsicofisiológicos do stress*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

_____. Stress and quality of life of senior brazilian police officers. *The Spanish Journal of Psychology*, v. 12, 2009. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=17213008019>>. Acesso em 20 nov. 2010.

LUZ, E. S. *Estudo do Estresse Ocupacional em Mulheres Policiais Militares da Cidade do Rio de Janeiro*. 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e da Mulher) – Instituto Fernandes Filgueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

MCNALLY, V. J. The impact of posttraumatic stress on Iraqi police. *Int J Emerg Ment Saúde*, v. 8, n. 4, p. 275-81, 2006.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA E. R. (Orgs.). *Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 2767-2779, 2007.

MINAYO, M.C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. *Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2010a, (28ª edição).

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINAYO, M. C. S. (Coord.). *Et al. Avaliação dos riscos ambientais e das condições de saúde dos policiais militares de Minas Gerais*. Relatório de pesquisa. Belo Horizonte: seds/fgr, 2011. 117 p.

MONTEIRO, M. C. Et al. O sedentarismo na Polícia Militar do Paraná. *Fisioter. Mov*, v. 11, n. 1, p. 9-30, abr./set. 1998. tab.

MUSUMECI, L.; SOARES, B, M. Polícia e gênero: presença feminina nas PMs brasileiras. *Boletim de Segurança e Cidadania*, n. 4, p. 1-16, 2004.

MUNIZ, J. *Ser policial é sobretudo uma razão de ser: cultura e cotidiano da polícia militar do Rio de Janeiro*, 1999. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Universidade Cândido Mendes, 1999.

- NORONHA, A. P. P.; FERNANDES, D. C. Estresse laboral: análise da produção científica brasileira na SCiELO e BVS-Psi. *Fractal, Rev. Psicol.* [online]. v. 20, n. 2, p. 491-501, 2008.
- OLIVEIRA, P. L. M.; BADARGI, M. P. Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares. *Bol. psicol.*, São Paulo, v. 59, n. 131, dez. 2009.
- PARKER, S. K.; GRIFFIN, M. A. What's so bad about a little name-calling? Negative consequences of gender harassment for over-performance demands and psychological distress. *Journal of Occupational Health Psychology*, v. 7, n. 3, p. 195-210, 2002.
- PASCHOAL, T.; TAMAYO, A. Validação da escala de estresse no trabalho. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 9, n. 1, p. 45-52, 2004.
- PASCHOAL, T.; TAMAYO, A. Impacto dos valores laborais e da interferência família-trabalho no estresse ocupacional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 21, n. 2, p. 173-180, maio./ago. 2005.
- RANGEL, O.; SORRENTINO, S. Gênero: conceito histórico. *Princípios*, n. 33, maio-jun. 1994.
- SANTOS, A. F. O.; CARDOSO, C. L. Profissionais de saúde mental: estresse e estressores ocupacionais em saúde mental. *Psicol. Estud.*, Maringá, v. 15, n. 2, jun. 2010 .
- SELYE, H. Confusion and controversy in the stress field. *Journal of Human Stress*, v. 1, n. 2, p. 37-44, 1975.
- SILVA, M. B.; VIEIRA, S. B. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. *Saude soc.*, São Paulo, v. 17, n. 4, dez. 2008 .
- SIMÕES BARBOSA, R. H. *Mulheres, reprodução e AIDS: as tramas da ideologia na assistência à saúde de gestantes HIV+*. 2001. 310fls. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2001.
- SOARES, B. M.; MUSUMECI, L. Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2005.
- SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 917-928, 2005.
- SOUZA, E. R. Et al. Sofrimento psíquico entre policiais civis: uma análise sob a ótica de gênero. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, 2007.
- SPODE, C. B.; MERLO, A. R. C. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 19, n. 3, 2006 .
- STUART, H. Suicidality among police. *Curr Opin Psychiatry*, v. 21, n. 5, p. 505-9, Sep. 2008.

W.H.O. *Global strategy on occupational health for all*. Geneva: World Health Organization, 1995. Disponível em <http://www.who.int/occupational_health/en/oehstrategy.pdf>. Acesso em 20 dez. 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DE GRUPO FOCAL COM MULHERES POLICIAIS MILITARES: FOCO TRABALHO E ESTRESSE NEGATIVO OU POSITIVO

Perguntas iniciais para todas: idade, tempo de polícia, patente, tem outro trabalho?

1. Na sua opinião, o trabalho que realiza atualmente na polícia gera estresse ocupacional?
2. O que você acha que é mais estressante no seu trabalho?
3. O que lhe dá mais prazer no trabalho? O prazer compensa o estresse?
4. Quais as dificuldades que a policial enfrenta pelo fato de ser uma mulher?
5. Quais as vantagens que a policial enfrenta pelo fato de ser uma mulher?
6. O que mais gera estresse na relação com seus/suas chefes, ou superiores hierárquicos imediatos?
7. Na sua opinião existem diferenças, em relação ao estresse, no trabalho de uma mulher que atua na área operacional e outra que faz trabalhos administrativos?
8. E entre praças e as oficiais?
9. Quais são as consequências do estresse negativo na sua saúde? No seu cotidiano de trabalho e no seu dia a dia em família?
10. O que você faz para amenizar as consequências do estresse negativo (prevenir o estresse) ou quais são as estratégias que você utiliza para amenizar as consequências desse tipo de estresse?

APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA.

Prezada Policial,

Você é convidada a participar da pesquisa “*Estudo Qualitativo sobre o Estresse Ocupacional em Mulheres Policiais Militares da Cidade do Rio de Janeiro*”, seu objetivo é investigar como as mulheres policiais compreendem e interpretam a questão do estresse ocupacional e suas consequências em sua vida laboral e familiar. Você foi selecionada porque está atuando na instituição e acreditamos que pode contribuir para nossa pesquisa.

Sua participação é voluntária, você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como para desistir de fazê-lo a qualquer momento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para você ou para as instituições envolvidas.

Não haverá coleta de exames e você não correrá risco biológico. O benefício relacionado à sua participação é a possibilidade que você terá de colocar suas opiniões e posições frente as suas condições de trabalho e saúde. Sua participação será nos debates sobre o tema do estresse ocupacional, realizado em grupos de no máximo 10 mulheres policiais e duração prevista de 60 minutos. As discussões de seu grupo serão gravadas, se todos permitirem. Códigos serão atribuídos às policiais participantes e às pessoas por elas mencionadas para preservar o sigilo das informações e dessa forma, seu anonimato será mantido. Os dados serão analisados em conjunto, sem citar seu local de trabalho/lotação. Informações pessoais serão omitidas. As entrevistas gravadas serão transcritas e apenas a entrevistadora terá acesso ao material gravado. Os dados coletados nesta pesquisa serão publicados na forma de uma dissertação de mestrado e artigo científico.

Você receberá uma cópia deste termo de consentimento, onde consta o telefone e o endereço eletrônico do pesquisador, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação.

O Comitê de Ética da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca -CEP/ENSP, também se encontra à disposição para eventuais esclarecimentos. E-mail: cep@ensp.fiocruz.br

Telefone e fax: (21) 2598-2863. Endereço: Rua Leopoldo Bulhões, 1.480 – Térreo – Manguinhos/RJ.

Claudia de Magalhães Bezerra

Mestranda da ENSP/FIOCRUZ Telefone: (21) 8860-4834 E-mail: claudiabez@gmail.com

Eu, abaixo rubricada, declaro ter entendido os fins da pesquisa e consentir de livre e espontânea vontade em participar deste estudo, uma vez que minha identidade jamais será revelada.



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Gabinete do Comando Geral

DECLARAÇÃO

Declaro para fins que **Claudia de Magalhães Bezerra** está autorizada a desenvolver, em todas as Unidades da Corporação em que julgar necessário, uma atividade de Pesquisa em nível de Mestrado com o tema "Estudo Qualitativo do stress ocupacional em mulheres da PMERJ".

Rio de Janeiro, 05 de Agosto de 2011.


CARLOS EDUARDO MILLAN GUIMARÃES – CEL PM
Chefe do Gabinete do Comandante Geral